

Um ponto final à vida? Problemáticas suscitadas pela eutanásia



Leia nesta edição

Tema de capa

Editorial **pg. 2**

Enquetes **pg. 2**

Entrevistas

Leo Pessini: "Nem abreviar, muito menos prolongar a vida, mas humanizar e cuidar" **pg. 5**

Diego Gracia: Uma reflexão sobre a autonomia contemporânea em relação à morte **pg. 10**

Juceli Maria Maciel: Os pactos do ser humano diante da própria finitude **pg. 14**

Márcio Fabri dos Anjos: Um diálogo entre a fé e a ciência para melhor compreender a morte **pg. 20**

Rachel Alsengart Menezes: A relevância do diálogo na tomada de decisões relativas à vida e à morte **pg. 24**

Destaques da semana

Livro da Semana:

Jonh Hick. *Teologia cristã e pluralismo religioso: o arco-íris das religiões.* São Paulo: Attar, 2005.

Tradução: Luís Henrique Dreher **pg. 30**

Entrevistas da Semana:

Michel Maffesoli: Culturas locais estão sendo revalorizadas. **pg. 36**

Tânia Ximenes Ferreira: As múltiplas falas do *hip hop*. **pg. 39**

Verônica Ferreira: A cultura política do movimento sindical é extremamente carregada de representações machistas. **pg. 41**

IHU em revista

Eventos **pg. 45**

IHU Repórter **pg. 66**

Sala de Leitura **pg. 68**

Carta do leitor **pg. 69**

Editorial

Às vésperas do feriado do Dia de Finados, as lembranças de tantas pessoas que partiram despertam muitas perguntas sobre a morte e sobre a vida. Abordamos na presente edição uma das formas de morrer que tem suscitado grande debate público nos últimos tempos: a eutanásia. O termo, que na sua origem, significava “boa morte”, na atualidade, foi tomando diferentes sentidos e práticas que devem ser cuidadosamente abordados. Quais os limites das decisões que podem ser tomados em relação a um paciente em estado terminal? O doutor em Teologia Moral e vice-reitor do Centro Universitário São Camilo, de São Paulo, Leo Pessini, o psiquiatra espanhol Diego Gracia, a enfermeira Juceli Maciel, que, há 25 anos, trabalha com pacientes em estado terminal, o especialista em bioética Márcio Fabri dos Anjos e a psiquiatra Rachel Aisengart Menezes contribuem para uma reflexão sobre o assunto. Ainda nesta edição, confira a entrevista concedida à *IHU On-Line* pelo sociólogo francês Michel Maffesoli sobre as metamorfoses da cultura e o debate dos teólogos: Faustino Teixeira e Michael Amaladoss sobre o livro de John Hick. *Teologia cristã e pluralismo religioso: o arco-íris das religiões*. O *Ciclo de estudos Idade Média e Cinema* exibirá, no próximo sábado o filme *O Incrível Exército de Brancaleone*. A obra de Mario Monicelli é uma sátira que usa a Idade Média como elemento crítico à sociedade italiana de sua época e à governada por Benito Mussolini. A presente edição traz uma entrevista com o historiador e debatedor no evento, Ricardo Fitz. Confira também as entrevistas sobre os assuntos que estarão em pauta na agenda do IHU desta semana.

A todos e todas uma boa leitura e uma excelente semana.

Enquetes

Você concorda com a eutanásia? O que faria diante de um diagnóstico de morte irreversível de uma pessoa muito próxima de você? Qual é o sentido do sofrimento? Como a nossa cultura lida com a morte? Algumas destas perguntas foram respondidas por alunos/as, professores/as e funcionários/as da Unisinos. Confira.



Sou a favor desde que não haja alternativas, se a pessoa estiver comprovadamente em vida vegetativa sem possibilidade de retorno à vida ativa. Hoje eu não tenho medo da morte, mas também não estou me defrontando com ela.

José Luiz Ames, professor de Filosofia na Universidade Estadual do Oeste do Paraná. O professor visitava a Universidade em razão do IX Simpósio da Associação Ibero-Americana de Filosofia Política e VIII Colóquio de Filosofia

UNISINOS, realizado entre 19 e 21 de outubro.



Se eu sofresse um acidente, tivesse ficado muito machucada, sofrendo e visse no rosto das pessoas de que eu gosto o sentimento de dor e compaixão, preferia que terminassem com meu sofrimento e minha dor. No caso da Terry Schiavo, não achei legal, precisa haver o consentimento de todos, e os pais dela não eram a favor. Acho que a vontade do paciente tem que ser respeitada, desde que de acordo com a da família. Tenho muito medo da morte. Só de pensar que um dia eu vou morrer e ficar longe das pessoas que eu amo, me apavoro.

Manoela Stolti, aluna do 2º semestre do Curso de Letras, na Unisinos.



Em princípio, eu sou contra a eutanásia, até porque sou cristã. As pessoas têm o direito à vida. Acho, porém, que, em certos casos, a família precisa se posicionar. Quando o paciente está dando trabalho, gastos financeiros, e a família não tem condições de mantê-lo, talvez seja correto optar pela eutanásia. Na verdade, ninguém teria o direito de tirar a vida de um semelhante, mas, em alguns casos, isso se justifica. Acho que tem que prevalecer a vontade do paciente e também deve ser considerada a situação da família. Algumas vezes, o doente está perturbando a vida das pessoas que o cercam em função da situação. Deve prevalecer o bem-estar da maioria. As pessoas que têm mais condições financeiras conseguem manter a vida por mais tempo.

Sara Adais Avila da Silva, aluna do 2º semestre do curso de Psicologia, na Unisinos.

Concordo com a eutanásia, mas o caso deve ser bem analisado para que não seja cometida nenhuma injustiça. Naqueles casos em que não há esperança de reversão, bem graves, acho que a família não precisaria ficar sofrendo por anos ou décadas com alguém preso a uma cama. São raros os casos que a opinião do paciente pode ter um peso grande, levando em consideração que, muitas vezes, ele pode estar abalado psicologicamente. Não tenho medo da morte, tenho medo de como morrer.



Leandro Ferri, aluno do 10º semestre do curso de Direito, na Unisinos.



Sou a favor, mas depende da situação da família. Se o paciente tiver consciência da situação e quiser continuar da mesma forma, acho que deve ser respeitado. Não tenho medo da morte, acho que atualmente temos tantos problemas, as conseqüências das nossas atitudes em relação ao planeta são cada vez piores, e as pessoas estão demorando em se conscientizar, disso eu tenho medo.

Suzana Seibert, aluna do 2º semestre do curso Ciências Biológicas, na Unisinos.



Não creio que seja possível haver uma legislação do ponto de vista universal. Não é possível aplicar a eutanásia para todos os casos, devemos administrá-los particularmente. Uma pessoa que está em fase terminal, sofrendo, sem solução e manifesta o desejo de morrer, deve ser respeitada. Essa decisão deve ser tomada em comum acordo com doentes, médicos e familiares. Teoricamente não tenho medo da morte. Creio que a morte é o fim da vida, somos seres vivos, somos seres para a morte. Não acredito que haja outra vida após a morte, acredito que seja apenas o fim.

Carlos Kosn, professor de Filosofia Política no Instituto de Filosofia da Universidade Central da Venezuela. O professor visitava a Universidade em razão do IX Simpósio da Associação Ibero-Americana de Filosofia Política e VIII Colóquio Filosofia Unisinos, realizado entre 19 e 21 de outubro.



Sou a favor, se a pessoa está com o corpo deteriorado ou tenha um problema sem solução, porém a opinião do doente deve ser respeitada. Acho que todo mundo tem medo da morte, mas tento pensar nela como uma passagem.

Anaiara Letícia Ventura da Silva, estagiária na Adisinos e no PEI, aluna do 4º semestre de Jornalismo, na Unisinos.

Acho que não é justo tirar a vida de outra pessoa. Devemos deixar a vida seguir o seu curso normal. Temos que deixar se esgotar a última chance de vida. Tenho medo da morte. Sabemos que vai acontecer, mas nunca estamos preparados. Tenho mais medo do sofrimento do que da morte, se for de uma forma rápida, o problema será menor.

Marlan Rudinei dos Santos Gonçalves. Consultor comercial.



“Nem abreviar, muito menos prolongar a vida, mas humanizar e cuidar”

Entrevista com Leo Pessini



Ao falar sobre a melhor forma de morrer, em entrevista exclusiva concedida por e-mail à revista *IHU On-Line*, o padre e professor Leo Pessini propõe “nem abreviar, muito menos prolongar, mas humanizar e cuidar até o limite das possibilidades humanas, sem querer encontrar ‘a cura da morte’”. E reforça: “Não podemos esquecer que a chave para o bem-morrer está no bem-viver”.

Pessini é professor e vice-reitor do Centro Universitário São Camilo, de São Paulo. Graduado em Filosofia e em Teologia, é mestre e doutor em Teologia Moral pela Pontifícia Faculdade Nossa Senhora da Assunção (UNIFAI). Sua dissertação intitula-se *Eutanásia e América Latina, questões ético-teológicas* e sua tese, *Viver com dignidade a própria morte: reexame da contribuição da ética teológica no atual debate sobre a distanásia*. Leo Pessini é autor e organizador de diversos livros, entre os quais citamos: *Solidários na doença*. São Paulo: Paulus, 1994; *Morrer com dignidade: até quando manter artificialmente a vida?* 3. ed. Aparecida: Santuário, 1998; *Distanásia, até quando prolongar a vida?* São Paulo: Loyola e Centro Universitário São Camilo, 2001; *Como lidar com o paciente em fase terminal*. 5. ed. Aparecida: Santuário e Centro Universitário São Camilo, 2003; *Eutanásia, por que abreviar a vida?* São Paulo: Loyola e do Centro Universitário São Camilo, 2004; *Humanização e Cuidados Paliativos*. São Paulo: Loyola e Centro Universitário São Camilo, 2004 (com L. Bertachini).

IHU On-Line – O que se entende por eutanásia?

Leo Pessini – Na discussão sobre eutanásia, geralmente o que une as pessoas é a preocupação em defender a dignidade da vida humana na sua fase terminal. As discordâncias são mais sobre os meios que se utilizam para alcançar este fim. Um fator que complica mais ainda o debate é a confusão terminológica que, às vezes, não deixa claro aquilo que se condena e aquilo que se aprova. Por isso, com o saudoso teólogo da moral, Leonard Martin¹, sugerimos que o sentido do

conceito de *eutanásia* seja visto na reflexão sobre *distanásia*: a obstinação terapêutica em que a tecnologia médica é usada para prolongar, penosa e inutilmente, o processo de agonizar e morrer; *mistanásia*: a chamada *eutanásia social*, a morte miserável, fora e antes da hora; e *ortotanásia*: a arte de morrer bem, sendo respeitados os direitos e a dignidade da pessoa na fase final do seu viver. Na avaliação ética da eutanásia e dos contextos em que chega a ser praticada, é importante não

professor de Bioética na Universidade Estadual do Ceará, professor de Teologia Moral e de Bioética no Instituto Teológico – Pastoral do Ceará. (Nota da *IHU On-Line*)

1 **Leonard Martin**: padre redentorista, doutor em Teologia Moral, professor titular de Ética e

confundi-la com mistanásia, que, muitas vezes, choca profundamente as sensibilidades das pessoas, nem imaginar que a rejeição da eutanásia necessariamente implica a aprovação da distanásia. O desafio é identificar corretamente se um determinado tipo de comportamento é de fato eutanásia, o que é indispensável para poder emitir com serenidade um juízo ético fundamentado. É pouco provável que os comportamentos caracterizados como mistanásia tenham seus defensores do ponto de vista da ética, mas a eutanásia, para muita gente, continua uma questão aberta. É justamente, por isso, que queremos examinar a eutanásia levando em consideração o *resultado* que provoca, a *intenção* ou *motivação* que se tem para praticar o ato, a *natureza do ato* e as *circunstâncias*. Também precisamos distinguir entre o *valor moral*, considerado *objetivamente*, que se pode atribuir a um ato eutanásico e a *culpa ética* ou *jurídica* que se pode atribuir num determinado caso. Levando em consideração esta temática global, propomos trabalhar com o conceito de eutanásia como um ato médico que tem como finalidade eliminar a dor e a indignidade na doença crônica e no morrer, eliminando o portador da dor.

IHU On-Line - Quais as características que mais marcam a arte de cuidar de pacientes em estado terminal?

Leo Pessini – Para mim, a resposta é a filosofia de cuidados paliativos. A Organização Mundial de Saúde, em 2002, definiu cuidados paliativos como sendo *uma abordagem que aprimora a qualidade de vida, dos pacientes e famílias que enfrentam problemas associados com doenças ameaçadoras de vida, através da prevenção e alívio do sofrimento, pela identificação precoce, avaliação correta e tratamento da dor e outros problemas de ordem física, psicossocial e espiritual*. No contexto dos cuidados da saúde de hoje,

entre os inúmeros desafios que surgem, para além da desospitalização e tecnologização do cuidado, um é crucial: o que fazer com aquelas pessoas que estão fora de possibilidades terapêuticas? Nada? Claro que não! Aqui surgem os chamados cuidados paliativos. A filosofia dos cuidados paliativos procura atender a pessoa que enfrenta uma doença crônica degenerativa ou que esteja na fase final da vida, na sua globalidade de ser, procurando o seu bem-estar total, viabilizando a possibilidade de viver a própria morte. Entre outras necessidades que se tornam evidentes neste momento destacam-se: o respeito pela autonomia da pessoa, que não significa abandonar a pessoa à sua própria sorte no individualismo; saber a verdade sobre sua condição de saúde e ser partícipe no processo de tomada de decisões; não ser abandonada; ter sua dor e sofrimento cuidados e não ser tratada como mero objeto. O *fator humano* nunca será dispensável ou descartável! Ele passa pela comunicação que ouve, acolhe e respeita o outro como pessoa humana nas suas verdades, nos seus clamores, nos seus valores.

IHU On-Line - Quais são as condutas possíveis para humanizar a dor e o sofrimento no contexto hospitalar?

Leo Pessini – Primeiramente temos que fazer uma distinção. Dor e sofrimento não são a mesma coisa. A diferença entre dor e sofrimento tem um grande significado quando nos propomos a implementar um cuidado humanizante. O enfrentamento da dor exige medicamentos analgésicos enquanto o sofrimento solicita significado e sentido. A dor sem explicação geralmente se transforma em sofrimento. O sofrimento é uma experiência humana profundamente complexa em que intervêm a identidade e a subjetividade da pessoa bem como valores socioculturais e

religiosos. O enfrentamento da dor exige *medicamentos analgésicos*, enquanto o cuidado do sofrimento clama por significado e sentido. Um dos principais perigos em negligenciar esta distinção é a tendência dos tratamentos se concentrarem somente nos sintomas e dores físicas, como se somente estes fossem a única fonte de angústia e sofrimento para o paciente. É a tendência de reduzir o sofrimento a um simples fenômeno físico que pode ser dominado por meios técnicos. Além disso, nos permite continuar agressivamente com tratamentos fúteis, na crença de que, enquanto o tratamento protege os pacientes da dor física, protege-os também de todos os outros aspectos. A continuação de tais cuidados pode simplesmente impor mais sofrimentos.

Cuidados no sofrimento

O sofrimento tem que ser cuidado em quatro dimensões fundamentais. a) *Dimensão física*. Fisicamente, a dor funciona como um claro alarme de que algo não está bem no funcionamento normal do corpo. b) *Dimensão psíquica*. Surge freqüentemente ao enfrentar a inevitabilidade da morte. Perdem-se as esperanças e sonhos, com a necessidade de redefinir o mundo que está para deixar. c) *Dimensão social*. É a dor do isolamento, que surge da obrigação de redefinir relacionamentos e da necessidade de comunicação. d) *Dimensão espiritual*. Surge da perda do sentido, objetivo de vida e esperança. Todos necessitam de um horizonte de sentido – uma razão para viver e uma razão para morrer. Pesquisas recentes realizadas nos EUA revelam que o aconselhamento sobre questões espirituais está entre as três necessidades mais solicitadas pelos doentes terminais e seus familiares.

IHU On-Line – Como a eutanásia é vista pelas religiões mais antigas?

Leo Pessini – As grandes religiões mundiais (judaísmo, cristianismo,

budismo e islamismo) consideram a vida como um dom de Deus e como sagrada e inviolável. Existe, portanto, um solene sim pela afirmação, preservação e cultivo da vida humana que, na sua essência, nega aquilo que hoje se entende por eutanásia ativa (com exceção no budismo que tem uma posição mais branda). Um fato histórico recente, e significativo é uma carta aberta de todos os líderes de comunidades religiosas mais expressivas na Grã-Bretanha, endereçada aos membros do Parlamento e da Casa dos Lordes, no Reino, contra o projeto de lei que abre portas à eutanásia e ao suicídio assistido na Inglaterra.

IHU On-Line – Quais os limites que pode haver no uso de tecnologias e procedimentos, envolvendo a vida humana? Até quando investir sem agredir?

Leo Pessini – Esta é a problemática da distanásia. Falamos muito de eutanásia, mas quase nada de distanásia. Vou ilustrar com um exemplo concreto como estes conceitos são trabalhados erroneamente até na chamada grande imprensa brasileira. *Jornal Folha de São Paulo* (Caderno/ Folha Cotidiano, 4/10/2005, pág. C1) apresenta a seguinte manchete *Eutanásia não fere a Ética Médica, diz CRM*. Na verdade, essa manchete presta um desserviço à sociedade em geral e aos profissionais da saúde em especial, pela confusão na utilização do conceito de eutanásia de forma errada na matéria! Lê-se na resolução do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Cremesp) que está em discussão: *Doente em fase terminal, no art. 1º. É ético o médico limitar ou suspender procedimentos e tratamentos de prolongamento da vida do doente em fase terminal de uma doença grave e incurável, desde que se respeite a sua vontade ou, na impossibilidade, a do seu representante legal.*

O problema da distanásia

Ora, o que está em pauta aqui não é o conceito de eutanásia, e sim o conceito de **distanásia** (obstinação terapêutica ou tratamento fútil), ou seja, o prolongamento fútil e inútil do processo do morrer e do sofrimento, que não beneficia a pessoa. Faz-se necessária esta distinção, pois se seguirmos esta linha de argumentação, ante a recente morte do Papa João Paulo II, poderíamos estampar a seguinte manchete: *Papa opta por eutanásia*, o que não é verdade, pois, João Paulo II, falecido em 2 de abril último, percebendo que sua vida estava chegando ao seu final, se recusa a voltar para o hospital e opta por ficar em seus aposentos os momentos finais de sua vida, rodeado pelo conforto da presença dos amigos, sem intervenções terapêuticas prolongadoras de vida. Nosso sistema legal condena, sim, a eutanásia, mas infelizmente silencia completamente em relação ao seu oposto, a distanásia. Os pacientes podem ser submetidos a uma verdadeira tortura terapêutica, sem nenhuma restrição jurídica, ou objeção ética, o que é simplesmente inadmissível. Por medo da prática da eutanásia, isto é, da abreviação da vida, implementam-se procedimentos distanásicos que roubam a dignidade da pessoa humana no adeus à vida. Nem abreviar, muito menos prolongar, mas humanizar e cuidar até o limite das possibilidades humanas, sem querer encontrar “a cura da morte”.

IHU On-Line - Qual o lugar da religião e da fé em uma situação de final de vida?

Leo Pessini - Os valores da espiritualidade são sumamente importantes neste contexto de cuidados críticos de vida, quando temos que enfrentar nossa própria finitude e mortalidade. Eles apontam para uma perspectiva de *sentido*, em meio ao aparente absurdo e falta de sentido, bem como para uma perspectiva de

transcendência da vida, para além da morte. É claro que a fé não funciona como um anestésico ou um medicamento analgésico, no sentido de que quem crê não vai sentir nada. A fé nos ajuda a conviver numa chave de esperança, fazendo muita diferença ter fé e não ter fé. Um aspecto importante a ser destacado hoje em relação aos cuidados da vida é o reconhecimento e o cuidado das necessidades espirituais e religiosas das pessoas. Por exemplo, na definição de cuidados paliativos proposta pela OMS (2002) de que abordamos anteriormente, fala-se da importância do *tratamento da dor e de outros problemas de ordem física, psicossocial e espiritual*. A recém-aprovada Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos pela Unesco (19/10/2005), entre seus considerandos, diz que *a identidade de uma pessoa inclui dimensões biológicas, psicológicas, sociais, culturais e espirituais*. Talvez para os que crêem isso seria uma obviedade, o que não é para o mundo da tecnociência. Trata-se, sem dúvida, da superação de uma visão puramente materialista ou positivista de todo o empreendimento tecnocientífico.

IHU On-Line - O que o senhor entende por “morrer com dignidade” na realidade da América Latina? Não deveríamos antes falar de “viver com dignidade”?

Leo Pessini - Concordo plenamente com esta perspectiva. O desafio ético é considerar a dignidade no adeus à vida, para além da dimensão físico-biológica e para além do cenário médico-hospitalar, ampliando o horizonte, integrando a dimensão sociorrelacional. A mídia alardeia casos individuais que nos envolvem sentimentalmente e anuncia o direito de todo o ser humano de ter uma morte feliz, sem sofrimento. Perguntamo-nos qual o significado de tudo isso diante da morte violenta de milhares por acidentes e violência em nossa sociedade. Se não se tem

condição de vida digna, no fim do processo garantiríamos uma morte digna? Antes de existir um direito à morte humana, há que ressaltar o direito de que a vida já existente possa ter condições de ser conservada, preservada e desabroche plenamente. Chamariamos a isso, direito à saúde. É chocante e até irônico constatar situações em que a mesma sociedade que negou o pão para o ser humano viver, lhe oferece a mais alta tecnologia para “bem morrer”! Não somos doentes e nem vítimas da morte. É saudável sermos peregrinos. Não podemos passivamente aceitar a morte que é consequência do descaso pela vida, causada pela violência, acidentes e pobreza.

Indignação ética

Diante dessa situação, é necessário cultivar uma santa indignação ética (mistanásia). Podemos ser curados de uma doença classificada como mortal, mas não de nossa mortalidade. Quando esquecemos isso, acabamos caindo na tecnolatria e na absolutização da vida

biológica pura e simplesmente. Insensatamente procuramos a cura da morte e não sabemos mais o que fazer com os pacientes que estão se aproximando do adeus à vida. É a obstinação terapêutica (distanásia) adiando o inevitável, que acrescenta somente mais sofrimento e vida quantitativa mais que qualidade de vida. Entre dois limites opostos, de um lado, a convicção profunda de *não abreviar intencionalmente a vida (eutanasia)*, e de outro, a visão para *não prolongar o sofrimento e adiar a morte (distanásia)*. Entre o não abreviar e o não prolongar está o **amarás...** É um desafio difícil: aprender a amar o paciente terminal sem exigir retorno, com a gratuidade com que se ama um bebê, numa sociedade em que tudo é medido pelo mérito! O sofrimento humano somente é intolerável se ninguém cuida. Como fomos cuidados para nascer, precisamos também ser cuidados para morrer. Não podemos esquecer que a chave para o bem-morrer está no bem-viver.

Uma reflexão sobre a autonomia contemporânea em relação à morte

Entrevista com Diego Gracia



O professor espanhol Diego Gracia, doutor em Psiquiatria, concedeu a entrevista exclusiva que segue à revista *IHU On-Line* por e-mail. Nela, ele afirma que “o homem ocidental valoriza muito a vida, coisa que não ocorre em várias outras culturas. Digo isso, para se entender por que, na cultura ocidental, vive-se de modo tão trágico o envelhecimento e a morte. Há culturas que se enfrentam com esses fenômenos de modo muito menos trágico, sem dúvida porque têm uma idéia muito diferente do que é a vida”.

Gracia ensina História da Medicina e Bioética na Faculdade de Medicina da Universidade Complutense de Madri, desde 1978. É também diretor do mestrado em Bioética da universidade desde 1988 e foi diretor do Departamento de Saúde Pública e História da Ciência da universidade por oito anos. Gracia é diretor da Fundação Zubiri de Madri. Entre suas mais recentes publicações estão *Como arqueros al blanco. Estudios de bioética*. Madri: Triacastela Editorial, 2004 e *Ética y vida: Estudios de bioética*, um trabalho em quatro volumes. Bogotá: El Búho, 1998.

IHU On-Line - Quais são as principais etapas que marcaram a história da eutanásia? Quais foram as principais mudanças nas últimas três décadas?

Diego Gracia - Não é fácil escrever a história da eutanásia, porque é uma prática clandestina, uma vez que, tradicionalmente, é proibida. Todas as culturas tiveram procedimentos para pôr fim à vida de pessoas que estão sofrendo muito e que não podem ser ajudadas de outra maneira. Na América do Sul, por exemplo, existiu até o século XIX uma pessoa chamada “despenador” (que tirava a dor), que colocava fim à vida dos doentes que sofriam de muitas dores, ao mesmo tempo que realizava certos ritos semilitúrgicos. Os antropólogos relatam outros muitos procedimentos em outras culturas. E na cultura ocidental, é célebre uma

passagem da *República* de Platão, na qual ele diz que uma das funções do médico é ajudar a morrer quem sofre de doença incurável, mediante a utilização de remédios. Em qualquer caso, o modo mais clássico de lidar com essas situações não é o de atuar diretamente no corpo da pessoa para pôr fim à sua vida, mas deixá-la morrer sem fazer nada, ou fazendo muito pouco. Essa era a teoria e a prática do “despejo”, que foi clássica em toda a cultura ocidental. Isso explica que a palavra “eutanásia”, termo grego que se cunhou na época do helenismo, não significasse o mesmo que hoje. Primitivamente queria dizer, simplesmente, boa morte, morte rápida e sem sofrimento, mas sem agir diretamente no corpo da pessoa com a intenção de tirar-lhe a vida. O sentido atual, que é o de atuar no corpo do

indivíduo com a intenção direta de pôr fim à sua vida, não aparece até a segunda metade do século XIX, em 1869. Isso se deve porque uma das conseqüências da cultura liberal moderna, que considera que os atos morais precisam ser autônomos e que, portanto, o ser humano deve ter o direito e o dever de gerir sua vida e sua morte. E fará isso, conseqüentemente, de acordo com seus valores e crenças. Alguns considerarão que suas crenças o impedem de pôr fim à sua vida, mesmo que ele esteja muito debilitado e já próximo da morte. Outros, todavia, não pensam assim e consideram que, como seres autônomos, têm o dever moral não só de gerir dignamente sua vida, mas também sua morte.

IHU On-Line - Na hora de tomar decisões sobre a vida de pacientes terminais o que pesa mais, os fatos ou os valores?

Diego Gracia - A distinção entre fatos e valores parece simples, mas pode complicar-se até o infinito. Na realidade, não há fatos sem valores, nem valores sem fatos, apesar de podermos distinguir perfeitamente estes dois tipos de coisas. Os fatos são sempre perceptíveis. Já os valores não, por exemplo, não percebemos a beleza de um quadro, e sim a estimamos. Estimar é uma das funções que tem nossa mente, outra é perceber, outra pensar, outra recordar etc. Todos estimamos continuamente, e não podemos deixar de fazê-lo. Estimar é tão essencial na vida como perceber. E mais, tomamos as decisões importantes movidos mais por valores do que por fatos, por exemplo, quando escolhemos uma profissão, ou nos unimos a outra pessoa para compartilhar com ela nossa vida. Em qualquer caso, o mundo dos valores acaba bem mais estranho do que o dos fatos, ainda que só seja porque desde meninos nos educaram no segundo, e não no primeiro. Sobre valores somos quase analfabetos. Essa é uma das grandes tragédias de nossas sociedades.

Um filósofo britânico, Moore², deu uma definição de valor que é muito útil. Disse que valor é tudo aquilo que, se desaparecesse do mundo, consideraríamos que perdêramos algo muito importante. Pensemos, por exemplo, num mundo sem beleza, ou sem verdade, ou sem justiça, ou sem paz. Se considerarmos que um mundo bem ordenado, onde os seres humanos pudessem viver dignamente, deveria ter estes valores, o da beleza, o da verdade, o da justiça, o da paz etc. Os opostos desses valores são os "desvalores". Depois dessa explicação, respondo à sua pergunta. Pergunta-me pelos valores de quem está perdendo a vida. Todo o ser vivo e inteligente tem valores, ainda que seja muito mau ou se ache a dois passos da morte. Terá valores religiosos, culturais, políticos, econômicos etc. E terá a obrigação moral de gerir sua vida de acordo com eles. Ele pode pensar, por exemplo, que a vida é um dom que Deus lhe deu e só Ele pode tirá-la. Podemos pensar também o contrário, que Deus dá vida, mas que nos fez seus gestores e que, portanto, podemos tirá-la, quando estivermos numa situação de vida muito comprometida. Ou pode pensar que a vida não foi Deus quem a deu, e que temos o dever moral de gerir dignamente não só a vida, mas também a morte. Todas essas decisões são decisões de valor. Os doentes, porque são terminais, não perdem seus valores, ainda que possam, como qualquer outra pessoa, mudá-los.

IHU On-Line - No caso da eutanásia, que deve prevalecer: a vontade pública, da família, ou a vontade individual do paciente?

Diego Gracia - De fato, na cultura ocidental, se produziu um curioso deslocamento, da primeira para a segunda proposta da sua pergunta.

² George Edward Moore (1873-1958): filósofo britânico que enfatizou "a visão do sentido comum" da realidade de objetos materiais. (Nota da *IHU On-Line*)

Durante muitos séculos, a vontade que prevalece é a pública, representada pelos sacerdotes, juízes (isto é, as leis como expressão da vontade pública) e médicos (que geriam a morte de seus pacientes, de acordo com os critérios de sua ciência). A família teve um papel subsidiário, pois ainda que as leis lhe concedessem a capacidade de tomar decisões pelos familiares incapazes, como costumam ser os doentes terminais ou moribundos, só podiam fazê-lo “em benefício do paciente”, e por benefício se entendia atuar a favor da vida. Quanto ao indivíduo, só se começou a conceder-lhe a capacidade de decidir ultimamente, e só em certos países. Em qualquer caso, este processo me parece que não tem como parar. Pertence à lógica interna da cultura liberal, portanto, pouco a pouco, vai-se permitindo a autogestão da morte às pessoas, de acordo com seus valores e crenças.

IHU On-Line - O debate sobre a eutanásia está perdendo força? Está mudando o modelo ideal de morte? O que seria a "morte digna"?

Diego Gracia - Este é um fenômeno muito interessante. Nas revistas especializadas, cada vez se debate menos o tema da eutanásia. Isso acontece, por um lado, porque ele já está quase esgotado, e por outro, porque se chegou ao convencimento de que a eutanásia precisa ser encarada como uma situação excepcional: ajudar a morrer somente quando não há outra possibilidade de ajudar uma pessoa. O que agora mais interessa é o estudo de como auxiliar as pessoas que sofrem, a fim de que não cheguem a situações que consideram piores do que a própria morte, já que são elas que pedem a eutanásia. Os procedimentos são muitos. Um, muito importante, é o cuidado paliativo. Um procedimento sobre o qual agora se discute muito é a “sedação terminal”. Para muitos autores, a sedação terminal é uma via intermediária entre as duas posturas

extremas clássicas, a que é a favor da eutanásia e a que é contra a eutanásia, que permite manipular a maior parte dos casos por vias que podem acabar sendo aceitáveis por ambos os grupos de pessoas.

IHU On-Line - O que significa morrer na cultura pós-moderna? Como explicar esse avanço cada vez maior na tecnologia para prolongar a vida humana?

Diego Gracia - Não há dúvida de que as tecnologias mudaram completamente o modo de morrer. Não há mais do que recordar as “técnicas de suporte vital”, que permitem suprir quase todas as funções vitais comprometidas, inclusive irreversivelmente. Não tenhamos, porém, ilusões. Todos temos que morrer. A morte não pode ser evitada. Isso é uma utopia. Pode-se retardá-la, mas não evitá-la. Deveríamos estar muito satisfeitos, por ter conseguido chegar a ter esperança de vida média muito alta, de uns oitenta anos, e geralmente com uma boa qualidade de vida. Não creio que se possa pedir mais à vida. Chegou o momento de educar a população para quando chegar a esta idade elevada, quando já viveu um tempo que parece razoável, que renuncie às técnicas de suporte vital, que são muito caras, a fim de que todo esse gasto possa ser investido em melhorar a condição dos que, por sua pobreza, não gozam ainda da possibilidade de ter a esperança de uma vida média de oitenta anos.

IHU On-Line - Há maior medo do envelhecimento e da morte na contemporaneidade? Como se manifesta esse medo?

Diego Gracia - A morte sempre produz angústia, que é um sentimento inconsciente, e como tal, dificilmente controlável pelo ser humano. Isso não é novo: aconteceu sempre. Todo ser humano tem medo do envelhecimento, da decrepitude e da morte. É possível

que este medo tenha crescido com o tempo. Sobretudo, na cultura ocidental, que está baseada no critério da eficiência. É a única cultura que elevou a eficiência à categoria de valor fundamental. Os ocidentais têm uma moral de trabalho e eficiência e consideram imoral não ser eficientes, pois isso impede de aumentar a riqueza e, assim, as possibilidades de melhorar a saúde e prolongar a vida. Para as demais culturas, a eficiência não é um valor importante. Há outros valores bem mais importantes, como a paz, e o vínculo social. Isso faz com que a valorização da vida seja muito diferente nessas culturas e na cultura ocidental. O homem ocidental valoriza muito a vida, coisa que não ocorre em várias outras culturas. Digo isso, para se entender por que, na cultura ocidental, vive-se de modo tão trágico o envelhecimento e a morte. Há culturas que se enfrentam com esses fenômenos de modo muito menos trágico, sem dúvida porque têm uma idéia muito diferente do que é a vida.

IHU On-Line - Qual é a importância dos cuidados paliativos no contexto das práticas médicas atuais?

Diego Gracia - Os cuidados paliativos têm uma importância fundamental. São um magnífico modo de melhorar a condição dos doentes terminais. Entretanto, nisso, como em tudo, podemos chegar ao fundamentalismo, quer dizer, promover os cuidados paliativos para evitar a eutanásia. Para mim, isso é um erro. Os cuidados paliativos são importantes por si só, não porque evitam a eutanásia. Também não dizemos que ela deva ser evitada. A verdade é que bons cuidados paliativos fazem diminuir sensivelmente os pedidos de eutanásia.

IHU On-Line - Quais são os desafios para a formação dos médicos e profissionais da área da saúde? Quais são os erros mais freqüentes ou os maiores transtornos desses

profissionais da prática médica que trabalham com doentes terminais?

Diego Gracia - Temos que voltar ao princípio, ao tema dos fatos e dos valores. O problema da formação dos médicos é que ela está baseada em fatos, e não em valores. Os médicos são bons conhecedores dos fatos clínicos, mas analfabetos no mundo dos valores. Por isso, não sabem lidar com conflitos de valores. Esta é uma das funções, talvez a principal, da bioética: educar os profissionais no melhor manejo do mundo dos valores. Convém não esquecer que nossas obrigações morais consistem sempre na realização de certos valores e na prevenção de outros. Não há deveres sem valores. O dever é sempre a realização do valor.

IHU On-Line - Há vezes em que o paciente fala de um desejo de morrer, mas, na realidade, ele quer viver de outra maneira. Como a ética médica pode auxiliar o paciente neste momento?

Diego Gracia - Esta é uma frase muito repetida no mundo dos cuidados paliativos. E é verdadeira. Se soubéssemos dignificar as fases finais da vida, os pedidos de eutanásia seriam menores. Por isso, nossa primeira obrigação não é tanto ajudar a morrer, mas ajudar a viver, inclusive nas fases finais da vida. Essa frase, contudo, também não pode ser interpretada como uma panacéia. Há pessoas que, apesar de estarem muito bem cuidadas e de lhes serem aplicados os melhores cuidados paliativos do mundo, querem morrer, porque consideram sua vida indigna ou humilhante. Isso acontece muito quando elas não podem mais realizar sozinhas as funções mais elementares e íntimas da vida. Para algumas pessoas, ter que depender de outros parece muito humilhante. E querem evitá-lo, inclusive pondo fim à sua vida, para que elas não sofram e para não fazer os outros sofrerem. Para mim, este modo de pensar é perfeitamente respeitável.

IHU On-Line - Os médicos devem dar sempre as informações verdadeiras do estado de saúde do paciente, em casos muito graves? E quando o paciente não quer saber e mostra sinais disso?

Diego Gracia - A verdade é um preceito moral muito forte. Em princípio, respeitar as pessoas passa por não mentir a elas, isto é, dizer a verdade. A ruptura da veracidade só se pode fazer como exceção, em situações muito extremas, quando temos justas razões para pensar que dizer a verdade vai ser incompatível com o respeito à sua dignidade. Há vezes em que dizer a verdade pode ferir como uma punhalada. Entretanto, é preciso levar em conta que dizer a verdade é um processo muito complexo, e não

consiste simplesmente em comunicar ao paciente, por exemplo, que tem um carcinoma (um tumor epitelial ou glandular). A comunicação com uma pessoa é sempre um processo que requer tempo, e, além disso, clima adequado, relação humana, com boa relação emocional. Só dessa maneira a comunicação de algo, sobretudo se é uma má notícia, pode ser feita de modo humano e digno. Quanto a não dizer o que o paciente não quer saber, é lógico que seja feito assim. Já dissemos que ele é autônomo, e se é autônomo, tem de sê-lo para saber e para não saber. O direito de não saber é parte do direito de saber. Sempre se pode renunciar a saber, delegando a outra pessoa o direito de saber e de decidir.

Os pactos do ser humano diante da própria finitude

Entrevista com Juceli Maria Maciel

Há 25 anos, a enfermeira Juceli Maciel trabalha com pacientes em estado terminal. Ela conhece bem os processos da finitude da vida humana e as limitações de quem quer ajudar nessa hora. A enfermeira fala sobre suas experiências na entrevista a seguir, concedida por telefone à revista *IHU On-Line*. Graduada em enfermagem obstetrícia, Juceli possui também licenciatura plena em enfermagem, especialização em saúde pública, especialização em enfermagem do trabalho, além de ser geneticista e especialista em UTI. Atualmente, é mestranda em Filosofia na Unisinos. É autora do livro *Microbiologia e Parasitologia*. 3 ed. Canoas: Ulbra. No final do ano, ela lançará um livro sobre finitude e nascissitude.

IHU On-Line - O que de mais importante esses anos todos ao lado de pacientes terminais lhe ensinaram?

Juceli Maciel - Aprendi que a vida tem duas fases: a nascissitude, do nascimento do indivíduo, e a finitude, do seu fim. Todo o ser humano aceita o nascimento, mas tem uma dificuldade moral muito grande de entender a finitude. Todas as pessoas estão preparadas para os nascimentos, mas

não aceitam e não estão preparadas para a morte. Aprendi o quando a finitude é difícil de ser encarada. Quando dizemos ao paciente “você é terminal”, nós dizemos a ele que tem uma doença que o levará à morte, mas não podemos determinar o dia e a hora. Às vezes, quem não é terminal acaba morrendo antes do que o paciente que tem o diagnóstico de uma doença grave e terminal.

IHU On-Line – E como é lidar com o paciente na hora de dar essa notícia?

Juceli Maciel – Quem dá a notícia de uma doença grave usualmente é o médico. Mas há uma parceria: o enfermeiro/ a enfermeira fica com o indivíduo desde que ele nasce até o momento em que ele morre. É muito comum que ele/ela compartilhe dessa notícia, pois é ele/ela que ficará mais tempo com o doente. Para alguns pacientes, é um momento muito difícil, mas para outros, que já têm a finitude mais trabalhada, é algo mais serenamente aceito.

IHU On-Line – Como funciona o dia-a-dia de uma UTI?

Juceli Maciel – Em uma UTI, paira sempre a iminência da finitude. O paciente de uma Unidade de Terapia Intensiva tem a finitude próxima. Mesmo que ele esteja bem, é inevitável que só por ele estar na UTI, já é digno de um respaldo, de uma atenção muito grande devido à finitude presente. Eu acredito, como profissional que assiste uma UTI, que o paciente está conosco até que a finitude se complete plenamente. Se ele está com algum aparelho ligado, se está em coma, ele está ouvindo, ele está presente, ele tem espiritualidade. É nisso que eu sempre insisto com toda a equipe quando estou presente.

IHU On-Line – Por que, depois de décadas da criação, a sigla UTI ainda inspira medo e ansiedade?

Juceli Maciel – Porque o leigo ainda traduz a UTI de uma forma diferente do que nós, profissionais da área da saúde. Nós dizemos Unidade de Terapia Intensiva. O leigo faz o contrário, é muito engraçado: “Última Tentativa de Vida”. Não cabe ao ser humano determinar que na UTI acontecerá a finitude. O medo é porque lá é o lugar com o maior número de óbitos do hospital. Entretanto, muita gente que entra lá com prognóstico negativo,

pacientes em estado grave, acaba saindo muito bem. E também há casos de pacientes, que não estão em estado muito grave e , que acabam tendo sua finitude dentro da UTI. E nisso entra outra questão: na UTI, o familiar não pode ficar lá dentro com o doente. As visitas são pouco frequentes, o contato com o familiar é muito pequeno, devido a todo o trabalho que é feito lá dentro, com a prestação de um serviço de alta tecnologia. Hoje as UTIs são praticamente máquinas que trabalham com os pacientes, o que não quer dizer que os profissionais da área da saúde estejam na mecanização da saúde. Então, o paciente tem um convívio menor com o familiar. Se o paciente terminal ainda está ouvindo, seria bom que ele ouvisse com mais frequência a voz do assistente, do parente.

IHU On-Line – Então a presença de pessoas da família pode auxiliar bastante na recuperação?

Juceli Maciel – Meu Deus, com certeza! Temos pesquisas que mostram isso. O paciente gostaria que a mão que o acalentasse, fosse uma mão de calor conhecido. Sentimos a diferença até no monitor cardíaco. Quando alguém está conversando com ele, alteram-se os batimentos do coração. É a saudade que ele sente. Mesmo dentro da UTI, muitos estão conscientes, lúcidos.

IHU On-Line – Você acha que as pessoas se tornam melhores depois de sair da UTI?

Juceli Maciel – Na iminência da finitude, o ser humano faz vários pactos. Se o paciente está consciente de que ele vai para a UTI, ele costuma fazer três pactos: o pacto consigo mesmo, o pacto com o médico e o pacto com Deus. Ele faz esses pactos pelo tempo de reflexão que ele tem. Esses pactos acontecem sempre de forma gradativa. O paciente usual de UTI ou o paciente terminal, vai inicialmente usar a negação. “Não é com ele”. Esse é o primeiro pacto, que

ele faz com ele mesmo. Depois, ele vai fazendo sucessivamente outros pactos: “é com ele, mas ele vai tratar”. E quando ele já está no período da aceitação, que não precisa ser necessariamente na UTI, já é um período final, ele faz um pacto com Deus. Esse pacto faz realmente com que ele tenha uma finitude mais sutil, em que ele não sofre, não é muito exposto. Nós vemos pessoas que tiveram um comportamento diferente, de repente mudando totalmente de atitude a partir do momento em que sabem da gravidade do seu quadro e de que não vão mais poder interferir em várias coisas. É muito natural que pacientes que passaram pela UTI mudem o comportamento moral deles depois. Eles sabem da iminência da finitude. Fazem uma reflexão sobre as suas condutas. A vivência na Unidade de Terapia Intensiva para uma pessoa que está consciente é bastante ilustrativa da finitude. Esses pactos se tornam importantes para que, depois de sair da UTI, o paciente os leve para a sua vida e passe a ter novos conceitos.

IHU On-Line - E, entre homens e mulheres que passam pela UTI, há peculiaridades de comportamento?

Juceli Maciel – Existe uma diferença enorme. Os homens usualmente levam muito mais tempo na primeira fase, que é da não-aceitação, da negação. Eles permanecem mais tempo negando o quadro, dizendo que não é com eles, que foi engano. As mulheres passam por essa fase do diagnóstico, que é a fase mais difícil, da aceitação, mas ela é menor. É enorme a preparação da mulher para a finitude, talvez por ela parir, por ela se projetar em outro ser e ter a continuidade dela na existência. A fase de aceitar a gravidade do seu quadro nenhum paciente terminal vai pular.

IHU On-Line - Na UTI as máscaras caem?

Juceli Maciel – Caem, com certeza. O sentimento de ceticismo também desaparece. As pessoas se tornam verdadeiramente pessoas. Não temos uma diferença para pacientes de mais ou menos poder aquisitivo, de mais ou menos idade. Na UTI, as pessoas se mostram únicas e iguais, como nós realmente somos. Dentro de uma Unidade de Terapia Intensiva, os pacientes têm um nome, não têm um número, mas eles mesmos, por se sentirem num local onde estão outros pacientes graves, realmente se revelam. É muito difícil e incomum que, depois de uma semana de UTI, aquele paciente que chegou agressivo, resistente, continue com esse comportamento. Ele vai desenvolver uma dependência de outras pessoas para se manter vivo. E começa realmente a repensar os seus conceitos de dependência.

IHU On-Line - Todas as famílias se comportam de maneira parecida?

Juceli Maciel – Não. Nós temos dois tipos de família: a família acolhedora e a família que usa a negação. A família acolhedora é aquela que vai realmente ficar com o paciente, vai entender a finitude iminente, vai entender que ele vai morrer e que eles têm que ficar o maior tempo possível com ele, porque vai acontecer. Ela praticamente se muda para o hospital junto com o paciente. A família que usa a negação é aquela que diz “não, não quero mais ver ele, estamos nos preparando porque ele vai morrer, vai sumir, então eu já nem vou mais gostar dele, já vou me prevenir, não gostando mais dele, não indo vê-lo, não é um lugar legal para fazer visita, então já nem vou mais”. É complicado, a gente tem que ligar, insistir, para fazerem visita. Isso aparece na UTI de forma bem clara e definida.

IHU On-Line - Alguma história marcante sobre essa insistência em preservar ao máximo a vida do paciente?

Juceli Maciel – Nós temos três tipos de tratamento de pacientes terminais. Temos a eutanásia, que é a morte assistida do paciente terminal e que, no Brasil, não se admite e não é usual, temos a distanásia, que é manter o paciente com um tratamento miraculoso, inventando tratamentos, sabendo que o paciente é terminal, ele fazendo ou não o tratamento vai passar pela finitude, e temos a ortotanásia, que é a aplicação de drogas novas para manter o paciente vivo. Ele pode estar tão a fim de prolongar a vida dele que pode se propor a usar a droga. Lembrome de um caso que me chamou bastante a atenção. Nós tínhamos um paciente que chegou em uma Unidade de Pronto Socorro e foi imediatamente levado para a UTI. Ele estava desacordado, foi trazido por um transporte avançado da rua, e nós começamos a assisti-lo em tudo. Ele passou para a tomografia, estava inconsciente e sangrando muito. Na carteira de identidade dele dizia “se acidente ou parada respiratória, não reanimar”. Nós já tínhamos feito isso. Nós já tínhamos reanimado, ele já tinha entrado no respirador e já estava sendo mantido de uma forma artificial. Entretanto estava escrito e registrado aquilo no documento de identidade dele. Entramos em contato com os familiares dele. Eles disseram que era para respeitar a vontade do paciente e desligar todos os aparelhos. A equipe também sofre em situações como essa. Foi emitida uma liminar judicial e foi obedecida a vontade do paciente. Os aparelhos foram desligados. Ele tinha uma doença terminal, sabia disso e por essa razão documentou e registrou o seu pedido. Nós não sabíamos disso e fizemos de tudo para reanimá-lo, porque ele tinha sofrido um acidente de trânsito.

IHU On-Line – Como é ver a morte tão de perto?

Juceli Maciel – Esse convívio com paciente terminal nos deixa muito

sensíveis em relação ao paciente, ao familiar dele e ao nosso familiar. Não está escrito na nossa certidão de nascimento uma data, uma hora, um local, e o modo de finitude. Contudo quando convivemos com pacientes graves e terminais o tempo todo, começamos a nos voltar para o nosso eu. O meu eu envolve o paciente, envolve a profissão, porque o eu é profissão também. A humanização acontece de uma forma mais severa. Eu fico mais atenta. Quando alguém me pede para conversar eu paro e converso. Um dia, um paciente cardíaco iria entrar em uma cirurgia e me pediu que fosse com ele até a capela. Eu fui, porque não tinha nada demais em eu ir com ele até a capela e ficar de joelhos antes de ele entrar na cirurgia. Estas coisas de repente eu não as faria se eu não estivesse tão próxima da finitude dos pacientes. Estas coisas me tornaram muito mais atenta e ética.

IHU On-Line – São comuns as tentativas de se matar numa UTI?

Juceli Maciel – Muito comuns. Quando o paciente terminal passa pela fase de negação, ele pensa “já que vou morrer, por que vou ter que esperar? É uma forma de sadismo ficar vivo já que vou morrer”. É muito comum que o paciente terminal solicite a eutanásia, não pelos profissionais da saúde, mas ele pode pedir para um amigo, um irmão, uma pessoa mais próxima, e que ele também tente o suicídio durante isso tudo.

IHU On-Line – Como é o posicionamento de vocês, como profissionais, diante de uma atitude dessas?

Juceli Maciel – Nós os assistimos sem levar em conta a finitude e o prognóstico. O paciente vai ser assistido e vai ser mantido vivo. Nós costumamos dizer nas nossas reuniões de ética que nós contamos com um terceiro elemento, que é Deus. Nós faremos tudo o que pudermos para manter o

indivíduo vivo, tudo, tudo, tudo o que pudermos. Vamos dobrar o horário de trabalho, ficar meio neuróticos no hospital, mas faremos de tudo. Todavia vai depender do terceiro elemento a vontade do paciente de ficar ou não vivo.

IHU On-Line - Você acredita em Deus?

Juceli Maciel - Demais, muito. Fui eu que denominei o terceiro elemento na nossa equipe. Tem gente que chama de outra coisa. Eu tenho vivenciado muito a presença d'Ele em momentos de indecisão, ou quando eu sabia que não estava sozinha, é algo meio físico. Eu sou católica praticante e não tem como desacreditar n'Ele. De acordo com o meu conceito de ser, eu sou constituída de espiritualidade. Para mim, Ele é presente, está presente, é uma figura, é realmente alguém que tem o domínio do todo. Muitas vezes, eu acredito que Deus está mais tempo me orientando, trabalhando e me ajudando em situações de finitude em que eu tento discutir questões do tipo "ah! mas eu fiz de tudo; como é que ele morreu?". Fica aquela coisa meio moral, "que direito ele tinha de morrer?". Então tenho que acreditar que o terceiro elemento (Deus) está presente.

IHU On-Line - A religião e a fé, elas ajudam na recuperação?

Juceli Maciel - Está comprovado cientificamente. A religiosidade do paciente interfere muito em ele ter uma boa fase de vitalidade e uma boa fase de recuperação. Há uma melhor aceitação. A lógica é: já que eu vim de Deus a Deus eu volto. Isso faz com que haja mais parcialidade, mais auto-reflexão, faz com que o indivíduo se volte mais para si. Quando eles oram costumamos respeitar muito. Na Unidade de Terapia Intensiva, não há discriminação religiosa. O leito um recebe um pastor; o leito dois, um padre; o três, alguém representante da sua religiosidade. É comum que os

familiares levem alguns objetos de expressão religiosa deles. Isso ajuda muito o paciente. Não sou só eu, como profissional, que acredito nisso. Está comprovado que os pacientes que têm religiosidade expressa e que usam essa religiosidade durante todo o trânsito de recuperação, estão melhores, fazem uma recuperação melhor.

IHU On-Line - Como é o seu dia-dia? Tem insônia, pesadelos, estresse? Já chorou em situações extremas?

Juceli Maciel - Se o paciente estiver chorando eu não vejo nada demais em chorar ao lado dele, em me emocionar. Eu vou tentar consolá-lo. Nunca tive depressão. Faço análise, acho normal, todos os profissionais da saúde fazem. Eu tenho um equilíbrio determinado pela análise. Sou uma pessoa bem-humorada, não sou de brincar, mas sou bem-humorada. Não uso do bom-humor quando uma situação não for boa para o paciente. Não sou do tipo depressiva. Decidi ser enfermeira para ajudar as pessoas. Meu marido costuma dizer que não entende a enfermagem tão presente na minha vida. Eu sempre quis ser enfermeira, primeiro fui fazer medicina e depois optei pela enfermagem. Meu negócio era ficar muito perto do paciente e esse exercício me faz muito bem. Se fizermos o que gostamos, por mais que seja com pacientes difíceis, pacientes terminais, acho que estamos fazendo aquilo que alguém nos colocou para fazer. Cada um tem o seu lugar no mundo, e o meu lugar é esse. Sou muito feliz com o que faço.

IHU On-Line - O que você pensa sobre a eutanásia?

Juceli Maciel - Sou totalmente contra a eutanásia.

IHU On-Line - E se o paciente manifestar lucidamente sua vontade de morrer? Em linhas gerais, qual é o seu critério?

Juceli Maciel – Acho que, conforme a ética, é um direito dele saber a sua finitude, no seu tempo. Eu, eticamente, não tenho argumentos para ser favorável. A minha postura até agora, como profissional, é de ser contra a eutanásia. Em nenhuma hipótese, questionaria o fato de ela ser feita ou não. Eu sou a favor da manutenção da vida, logo não posso ser a favor da eutanásia. Se isso está pleno no indivíduo, se está maduro no indivíduo, eu acho que é um direito dele recorrer a isso. Eu sou contra, como pessoa e como profissional. Se usarmos a eutanásia, estamos antecipando a finitude, se usarmos a ortotanásia, estamos prolongando a finitude e usando a distanásia mais ainda. Eu acho que precisa acontecer de uma forma natural, tem que nascer e morrer de forma natural. Sou contra a hospitalização de pacientes terminais. Eu não gostaria que um paciente terminal fosse viver num hospital durante três, quatro ou cinco meses. Por que ele não pode ficar em casa? Por que temos tanto medo de deixá-lo em casa? Não há nenhum motivo para ele estar no hospital. Acho que seria melhor para ele ficar em casa. A finitude vai acontecer, só não se sabe quando. Se ele precisa de uma

assistência, ele pode ir até uma Unidade de Saúde Aberta, e depois de assistido volta para casa. Se for um paciente grave, se estiver precisando de auxílio, sim, ele vai para o hospital e vamos assisti-lo. Se é, porém, um paciente que está estável e bem, por que ter medo?

***IHU On-Line* – Entre o paciente, o familiar e o profissional de saúde, quem é o mais estressado?**

Juceli Maciel – O familiar. Quando o paciente está conosco é porque já aceitou a finitude dele, mas o familiar não. E até dá para entender, já que é uma perda muito difícil, irrecuperável. Se eu pudesse dar uma nota para este trio, sempre o familiar estaria em maior conflito. E sempre um conflito moral, um conflito de não poder acompanhar, mas querer que ele fique ali. Ali ele está acompanhado, cuidado.

***IHU On-Line* – Saúde em primeiro lugar? Qual seria a segunda coisa mais importante da vida?**

Juceli Maciel – O amor acima de tudo, às coisas vivas, às coisas não-vivas, à pessoa que estiver ao meu lado, a voltar para casa, a trabalhar, a comer, a olhar o céu... Amor ao extremo.

Um diálogo entre a fé e a ciência para melhor compreender a morte

Entrevista com Márcio Fabri dos Anjos



Márcio Fabri dos Anjos, especialista em Bioética, foi entrevistado por telefone pela revista *IHU On-Line*. Para ele, “diante do morrer nós nos interrogamos sobre o viver e basta ter um pouco de sensibilidade para nos colocarmos todas as outras perguntas que advém junto com o morrer, entre elas as interrogações sobre o que se coloca como valor em nossa vida”.

Márcio Fabri dos Anjos é graduado em Teologia pelo Instituto Redentorista de Estudos Superiores, Alfonsianum, da Itália, e em Filosofia pelas Faculdades

Associadas Ipiranga (FAI). cursou mestrado em Teologia na Faculdade de Teologia Nossa Senhora Assunção e doutorado em Teologia Moral pela Pontifícia Universidade Gregoriana (PUG), na Itália. É professor de Teologia e Bioética no Centro Universitário Assunção, em São Paulo; vice-presidente da Sociedade de Bioética de São Paulo e ex-presidente da Sociedade Brasileira de Teologia e Ciências da Religião. Coordena o Instituto Alfonsianum de Ética Teológica. Entre outros, produziu *Bioethics in a Liberationist Key, in A Matter of Principles: Ferment in US Bioethics* Valley Forge, Pennsylvania: Trinity Press International, 1994, obra de referência nos EUA. Escreveu, ainda, *Vescovi per la speranza del mondo*. Bologna/Itália: Dehoniane Bologna, 2001 e organizou **Teologia: profissão**. São Paulo: SOTER e Loyola, 1996; e *Teologia Aberta ao Futuro*. São Paulo: Loyola/Soter, 1997.

IHU On-Line - Que limites devem ser colocados no uso de tecnologias aplicadas à vida humana?

Márcio Fabri dos Anjos - A tecnologia, por si, é um instrumento, não é boa, nem ruim. Ela é um recurso a ser avaliado por critérios éticos ao se aplicar na vida humana em seu conjunto. Uma das grandes questões que hoje se coloca é talvez o sentido macrocultural que o uso de tecnologias está implicando nas mudanças do ser humano, ou seja, até que ponto os muitos instrumentos, como a computação, a interação com as tecnologias, mudam a nossa própria vida no âmbito de nosso ser e dos

relacionamentos. Essa é uma pergunta que nos deixa preocupações. Na interação com a tecnologia tenho receio em duas áreas: a primeira é quando o livre arbítrio e a nossa liberdade passam a ser cerceadas pelas tecnologias. A segunda é quando as tecnologias forem nos levando a descartar ou nos roubar a capacidade de amar.

IHU On-Line - A distanásia pode ser considerada uma forma de violência?

Márcio Fabri dos Anjos - A distanásia é um tipo de violência, enquanto contradiz o processo de morte que se

manifesta, negando-se a admitir que chegou a hora de morrer. Pelo conceito de distanásia, entendemos que se impõe um afastamento da morte, por meio de tecnologias, sem com isso, gerar e propiciar qualidade de vida e sem permitir que o próprio processo de vida da pessoa de desencadeie de uma forma boa. Isto revela a impropriedade ética deste procedimento. Sob esse ponto de vista dá para dizer que a distanásia é um processo violento, embora ele seja feito em nome de uma desesperada tentativa de manutenção da vida. Por isso que ele é também chamado de pertinácia ou de persistência terapêutica, onde o bom senso estaria sendo deixado de lado.

IHU On-Line - Qual seria a alternativa?

Márcio Fabri dos Anjos – Quando falamos de recursos tecnológicos, sentimos aumentar nosso senso de poder, e com isto, achamos que podemos tudo. A distanásia traz uma interrogação ética sobre a aceitação dos limites. Aceitar que somos mortais é uma necessidade. A alternativa para a distanásia passa, em primeiro lugar, por uma consciência cultural que vai na contracorrente de um crescente poder tecnológico. A bioética está hoje tentando trabalhar temas como a autonomia, em conjunção com o tema da vulnerabilidade. Aceitar a vulnerabilidade como condição humana ajuda a assumir o momento da morte como uma dimensão da vida. Temos que nos preparar também para morrer bem. Este é o quadro geral em que se coloca a pergunta do morrer, que a sociedade moderna vem tentando ocultar. Fugindo dessa pergunta, tenta-se esconder as situações de morte com eufemismos. A alternativa para a distanásia seria, em primeiro lugar, um movimento de cultura que aceita o fato de sermos mortais. O desafio que daí segue é cultivar um sentido consistente para o viver e o morrer. Restam, por fim, as perguntas de como discernir que

chegou o momento de aceitar a morte, o que nem sempre é tão simples.

IHU On-Line - Qual sua opinião sobre a ortotanásia?

Márcio Fabri dos Anjos – Quando falamos sobre as formas de morrer, temos alguns conceitos, que funcionam como marcos teóricos para classificar situações. A ortotanásia seria um conceito de morte inserindo-a no processo biológico evolutivo da vida do indivíduo. Distingue-se de outras situações como a distanásia, que é um conceito para se referir à morte evitada tecnologicamente para além do momento em que ela deveria ser aceita e assumida. Distingue-se também da eutanásia, que significa "boa morte", a morte com um final feliz, propiciada especificamente pela diminuição ou supressão das dores e sofrimentos. Neste conjunto de conceitos, pela experiência da morte infeliz dos pobres, injustiçados, pessoas que morrem no esquecimento e desespero, cunhamos também o termo *mistanásia*. Esses vários conceitos são um instrumento para lembrar previamente diferentes situações éticas do morrer, visando com isto facilitar a apreciação ética de situações concretas. Nesse sentido, a ortotanásia visa lembrar que a morte é um processo de vida, pois nós somos mortais. A ortotanásia é poder deixar que a morte, quando chegou o seu momento, seja realmente um final de vida. A ortotanásia é o que realmente desejaríamos que ocorresse com todos nós, ou seja, que nossa morte possa ocorrer dentro do processo biológico evolutivo de nossa vida. Embora este desejo nem sempre se realize, ele persiste como um horizonte que marca eticamente nossas buscas de condições de vida na sociedade, para que isso possa acontecer.

IHU On-Line - Apenas atenuar a dor em casos de pacientes terminais não pode ser considerado

abandono, omissão de socorro ou até mesmo eutanásia?

Márcio Fabri dos Anjos – De fato, muitos médicos hoje ressaltam a consciência clara que hoje temos sobre o efeito dos medicamentos. Assim, por exemplo, deixar de dar um estimulante cardíaco em determinada circunstância, pode significar estar admitindo a morte da pessoa. Poderia significar também "omissão de socorros". Quanto a isto, a tradição cristã faz uma distinção que, a meu ver, é interessante: distingue entre matar e deixar morrer. Considera que não seja ético matar, mesmo que fosse para abreviar situações altamente dolorosas. Esta seria uma "eutanásia direta". Mas admite que, dentro de um conjunto de circunstâncias em que prudencialmente se percebe que chegou o momento de morrer, é ético acolher o processo de morte, sem se opor a ele, e ao mesmo tempo amenizando o sofrimento e a dor que acarretam. Esta seria uma "eutanásia indireta", eticamente admissível. O Papa João Paulo II, ao se recusar a ir para um hospital e preferir morrer em casa, renunciou aos recursos tecnológicos para prolongar a vida (distanásia); assumiu o processo de morte que se apresentava (ortotanásia); e com medicações que aliviavam enquanto possível seu processo de morte (eutanásia indireta) assumir morrer em paz. Pela importância de sua figura, ele foi um contundente exemplo para o mundo, sobre o morrer em tempos tecnológicos.

IHU On-Line – Qual o lugar da religião e da fé em uma situação de fim de vida em um hospital?

Márcio Fabri dos Anjos – Religião e fé carregam os horizontes de vida para os processos de morte. Assusta na morte a insegurança sobre seu significado. Nós nos alimentamos não só de elementos físico-químicos, mas também de relações e de sentidos e significados. A religião e a fé propiciam, junto com comunidades de pessoas, também um

sentido de vida. Representam, por este meio, fundamento e apoio em todos os momentos de carência, contradições, fracassos e não apenas nos momentos de morte. Assim, são fundamentais a palavra da fé e a presença da religião junto de quem está no fim da vida. Colocadas adequadamente, ajudam as pessoas a terem um sentido consistente de vida. Se isto é fundamental em todos os momentos complicados da vida, será especialmente para o momento da morte.

IHU On-Line – Que valores se despertam em quem está perto da morte?

Márcio Fabri dos Anjos – A aceitação da morte não é algo simples. Vários estudos têm analisado os processos que vão da negação e revolta até à aceitação da morte. Estar diante de quem está perto do morrer é uma experiência densa. Com um mínimo de sensibilidade por parte de quem está junto, a experiência de quem morre se torna profundamente envolvente. Evoca radicalmente para ambos o sentido do viver. E coloca de forma contundente a pergunta sobre a vida após a morte. Esta pergunta se refere à transcendência da vida. Dependendo de como se responde a esta pergunta, criam-se as condições para a proposta de horizontes e valores para quem se aproxima da morte. O cristianismo, como também outras religiões, assume a morte como uma transformação da vida e não como sua negação. Se o medo de morrer sintetiza a dolorosa condição de quem está perto de morrer, a confiança é o principal valor de que necessita esta pessoa nesta condição. A presença amiga das pessoas pode ser uma ajuda. Mas parece mais decisivo poder oferecer sentidos de vida para além da morte, que sustentem a confiança.

IHU On-Line – Como o senhor vê o relacionamento familiar nesses momentos de limite diante da

proximidade do fim da vida de alguém querido?

Márcio Fabri dos Anjos – A família traz uma base de relações que são geralmente privilegiadas com quem está morrendo. Mas isso não significa que a qualidade dos relacionamentos, especialmente da rede de significados e sentidos que os familiares oferecem, seja boa. Existem familiares que se colocam diante de quem morre, quase como que diante de um objeto que se perde. Isto coloca a questão sobre os sentidos de vida e de morte que cultivamos durante a vida. Ao terem significados frágeis de vida, há familiares que comunicam desespero a quem está morrendo. É difícil improvisar na hora da morte. O que se deseja, e que também se encontra, é que os laços afetivos dos familiares carreguem também um sentido grandioso de vida que incorpore também o morrer. Deve-se desejar que nossa cultura saiba lidar com a morte de modo que os próprios familiares, nos laços afetivos com pessoas que morrem, sejam aqueles que lhes possam comunicar a tranquilidade para morrer. Isto tem se tornado raro, levando-se o paciente para morrer no isolamento dos hospitais.

IHU On-Line – Como lidar com pacientes em estado terminal? O que eles podem ensinar?

Márcio Fabri dos Anjos – Quem está para morrer fala eloqüentemente através de sua própria situação. Mas como em toda comunicação, é preciso se abrir para ouvir e aprender. O aprendizado mais forte parece estar na afirmação existencial e irrefutável de que aquela situação de quem morre é, de alguma forma, um prenúncio de nossa própria situação. Fala assim de nossa condição fundamental de fragilidade e vulnerabilidade. Esta experiência é auto-implicativa, e através dela surgem sempre interrogações sobre os sentidos globais da vida. A profundidade e a durabilidade deste

aprendizado são variáveis conforme as pessoas, suas opções e situações concretas. Mas de modo geral se pode dizer que o morrer tem profundos ensinamentos sobre o viver.

IHU On-Line – Qual a contribuição da ética teológica no debate sobre a eutanásia, a distanásia e a ortotanásia?

Márcio Fabri dos Anjos – Quando falamos de ética teológica estamos supondo as éticas teológicas a partir de várias teologias. Como estamos em um contexto cristão, falamos de ética teológica com inspiração cristã. Compreende-se nela o conjunto de sentidos e significados para a vida e para a morte que ela oferece. A ética cristã desta forma, direta ou indiretamente, propicia um grande horizonte de espiritualidade, que dá sentido à vida e não apenas critérios para juízos de ação. Ela oferece antes de tudo, por assim dizer, um ambiente para se situarem os critérios e avaliações éticas. Em seguida se deve dizer que a ética teológica tem também uma longa tradição de análise e de fundamentações para refletir e propor em questões relacionadas com o morrer. Um dos pontos fortes da contribuição da ética teológica nesta área talvez decorra exatamente da exigência de seus métodos. De fato, por eles as fundamentações racionais se entrelaçam com os sentidos religiosos para se refletir eticamente sobre o viver e o morrer, e discernir sobre as responsabilidades humanas correlacionadas. Contribui assim para uma percepção mais integral destes problemas.

IHU On-Line – Como explicar o medo contemporâneo da morte e do envelhecimento?

Márcio Fabri dos Anjos – As tecnologias se inserem, a meu ver, primeiramente na grande busca de garantir a sobrevivência. Viver é um desafio que implica em riscos. Mas logo

o ambiente tecnológico propicia um sentimento de segurança distanciando a percepção dos riscos e fazendo esquecer nossas vulnerabilidades. Porque inegáveis, o envelhecer e o morrer se tornam dois grandes espantalhos, quando a lógica estabelecida é a segurança. O medo é um sinal de fragilidade. Antes dos tempos modernos, a humanidade se percebia mais desprotegida diante dos riscos. Conseqüentemente se sentia mais vulnerável e tinha que lidar mais tranqüilamente com tais situações. Paradoxalmente, era de certo modo mais forte para lidar com a fragilidade. Envelhecer e morrer tinham significados mais assimiláveis. A religião contribuía substancialmente para construir sentidos incorporadores do envelhecimento e da morte no viver. Mas a modernidade chega trazendo, entre outras, uma busca da autonomia da razão. E ao desprezar as razões religiosas, perde em grande parte um saber lidar com a morte e com as vulnerabilidades.

IHU On-Line - O senhor quer acrescentar mais algum comentário?

Márcio Fabri dos Anjos - Acho que hoje nos colocamos diante da necessidade grandes sínteses. Entre elas a de buscar uma nova síntese entre razão e fé, entre os instrumentos que nos propiciam a conservação da vida e as razões que conferem sentido para se dar a vida, assumir os desgastes, envelhecer e morrer. O momento cultural em que vivemos é de acentuação do poder humano, de enaltecimento da razão instrumental expressa em avanços tecnológicos, e buscas de seguranças em todos os sentidos. Este é um aspecto sem dúvida empolgante e promissor. Mas que se torna míope quando descuida de olhar os reais limites da condição humana. A corrida pelo poder se torna insana quando se desconsideram os despossuídos. Sobretudo, porque o próprio poder humano está sempre marcado pelas limitações. Em síntese, o poder hoje precisa aprender com a fragilidade; a vida aprender com a morte.

A relevância do diálogo na tomada de decisões relativas à vida e à morte

Entrevista com Rachel Aisengart Menezes

Para a psiquiatra Rachel Aisengart Menezes, em entrevista concedida por e-mail à *IHU On-Line*, “a capacidade individual de decisão sobre a própria vida é um direito fundamental”. Graduada em Medicina pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, é especialista em Psiquiatria e mestre e doutora em Saúde Coletiva pela UER. Sua dissertação intitula-se *Díficeis decisões: uma abordagem antropológica da prática médica em CTI e sua tese, Em busca da ‘boa morte’: uma investigação socioantropológica sobre Cuidados Paliativos*. A tese foi publicada sob o título *Em busca da boa morte. Antropologia dos Cuidados Paliativos*. Rio de Janeiro: Garamond/ Fiocruz, 2004.

IHU On-Line - O que a senhora pensa sobre a eutanásia?

Rachel Menezes - A eutanásia pode ser definida como o processo de acelerar ou provocar a morte de alguém

– geralmente um paciente com doença incurável ou em fase terminal – com o propósito de interromper seu sofrimento. O termo é derivado do grego, significando “boa morte” (Howarth e Leaman, 2001, p. 176)³. A eutanásia pode ser ativa ou passiva. A primeira envolve uma ação externa – geralmente de um médico – tal como administração de drogas letais. Por eutanásia passiva, se entendem atos de retirada ou omissão de medicamentos e/ou de alimentação e hidratação. Atualmente há um amplo debate sobre a eutanásia, centrado na determinação dos limites da vida e dos direitos individuais. Os defensores dos cuidados paliativos em diversos países, como França, Inglaterra, Estados Unidos e Brasil consideram que apenas doentes não-atendidos adequadamente por uma equipe de saúde treinada em assistência paliativa se preocupam com o tema. Grupos religiosos também se posicionam contra a eutanásia, argumentado com a sacralidade da vida. Os defensores da eutanásia enfatizam o sofrimento individual e a necessidade de pôr fim à dor. Para eles, a questão fundamental está centrada nos direitos dos indivíduos de manter controle sobre suas vidas, preservando a dignidade no processo do morrer e o direito de escolha sobre o local, o tempo e a forma de morte. Cabe acrescentar que, como outros fenômenos da vida social, este processo pode ser vivido de distintas formas, de acordo com os significados compartilhados por esta experiência. Os sentidos atribuídos à morte sofrem variação segundo o momento histórico e os contextos socioculturais. Assim, o sentido da eutanásia – e, inerentemente vinculado a esse sentido, os significados de indivíduo, direitos, vida, morte e sofrimento – devem ser pensados para cada sociedade, em cada momento e contexto. A meu ver, esse debate não

³ Howarth, Glennys & Leaman, Oliver (Org.). *Encyclopedia of Death and Dying*. London: Routledge, 2001. (Nota da *IHU On-Line*)

deve se restringir ao meio profissional – especialmente o da área da assistência em saúde – e sim, ser objeto de ampla discussão social. Por fim, considero a capacidade individual de decisão sobre a própria vida um direito fundamental.

***IHU On-Line* – O que fazer se o paciente manifestar lucidamente a vontade de morrer? Em linhas gerais, qual é o seu critério?**

Rachel Menezes – Cada caso demanda uma reflexão profunda, específica. Uma decisão relativa à vida de um indivíduo não pode ser tomada apenas por uma pessoa, seja ela um profissional de saúde ou não.

***IHU On-Line* – Quais as mais difíceis decisões da prática médica em CTIs?**

Rachel Menezes – A maior parte das decisões médicas em CTIs são difíceis, pois o que está em jogo é a vida e a morte de um doente. Em se tratando de CTI de hospital público, a primeira difícil decisão refere-se a que doente vai ocupar um leito, já que usualmente a demanda por vagas é maior do que sua disponibilidade. A equipe médica deve decidir que doente reúne maiores possibilidades de beneficiar-se com a internação no CTI. A partir dessa primeira difícil decisão, uma série de outras se apresentam: o investimento material e humano, a relação custo/benefício – seja entre recursos materiais (como sangue e medicamentos) ou entre o sofrimento do paciente e possibilidade de sobrevivência. Considero fundamental, na assistência em CTI, o diálogo entre a equipe de saúde, o paciente, quando possível, e os familiares na tomada de decisões relativas à vida, sofrimento e morte do doente.

***IHU On-Line* – Que relações podem ser estabelecidas na contemporaneidade entre a biomedicina e a religiosidade?**

Rachel Menezes – Em primeiro lugar, cabe definir o que se compreende por

religiosidade. Atualmente, além de uma forma de vivência da religiosidade vinculada ao pertencimento a uma confissão, há um outro modo de religiosidade, não-confessional, laico. Esta segunda forma, que pode ser nomeada como um *ethos* religioso moderno está presente no ideário da assistência em cuidados paliativos. Grosso modo, os profissionais paliativistas veiculam crenças em outra vida e em espíritos. Tais crenças constituem uma referência central na assistência paliativa, uma vez que é postulado fundamental uma atenção “bio-psico-social-espiritual” para o paciente fora de possibilidades terapêuticas. Até há poucas décadas, havia uma clara demarcação entre os territórios da biomedicina – fundada no saber científico – e o da religião. Na contemporaneidade, em especial com a proposta dos cuidados paliativos, pode-se considerar haver tanto uma expansão do domínio da assistência em saúde sobre o da religiosidade quanto uma ampliação dos horizontes da religiosidade sobre a prática médica. Indo além, assiste-se atualmente a um embricamento entre essas duas esferas da vida, provavelmente como tentativa de resposta a uma biomedicina excessivamente racionalizada.

IHU On-Line - Por que o momento da morte pode ser considerado como a última etapa na construção social da pessoa?

Rachel Menezes - O ideário dos cuidados paliativos difundido em diversos países considera que a última etapa da vida pode ser uma oportunidade de desenvolvimento individual. Equipes paliativistas estimulam doentes em fase terminal a uma reflexão – que seja expressa para familiares e profissionais de saúde. A construção de uma releitura biográfica e, a partir de então, a busca de resolução de pendências materiais e de conflitos afetivos e/ou interpessoais possibilitariam uma aceitação da morte

e uma conclusão adequada da própria vida. Pode-se considerar tal construto como um modelo de aperfeiçoamento de si ou, em outros termos, de construção social da pessoa.

IHU On-Line - Qual a importância dos cuidados paliativos como contraponto às práticas médicas atuais? E qual é a proposta dos profissionais que defendem a prática dos cuidados paliativos?

Rachel Menezes - Os profissionais de cuidados paliativos postulam uma assistência à “totalidade bio-psico-social-espiritual” dos doentes e de seus familiares. Para eles, os cuidados paliativos teriam surgido em oposição a uma prática médica excessivamente tecnológica, direcionada a órgãos e sistemas do corpo do doente, produtora de uma fragmentação do indivíduo. Os cuidados paliativos objetivam uma assistência que privilegie o conforto do doente, o controle da dor e demais sintomas. Sua equipe multiprofissional busca atender à pessoa do doente, e não apenas cuidar de sua doença. A meu ver, os cuidados paliativos são a expressão de uma medicina baseada na solidariedade, na capacidade de percepção das demandas do indivíduo. Cabe indagar, no entanto, por que a assistência integral à pessoa do doente somente é proposta quando não é mais possível o controle da doença.

IHU On-Line - O que caracteriza uma boa morte?

Rachel Menezes - A esta pergunta, respondo com outra pergunta: boa morte para quem? Para o próprio doente é desejável que ele permaneça sujeito de si, que tome decisões relativas à sua vida, sofrimento e invasão corporal, que consiga o respeito de seus próximos em relação a suas deliberações. Para a família, geralmente a boa morte é aquela em que há um mínimo possível de sofrimento. Para a equipe de saúde, uma boa morte de um paciente pode ser aquela na qual se

consegue um controle adequado dos sintomas. O fundamental na definição de uma boa morte é o referencial, sob qual perspectiva. No processo do morrer, há três personagens em cena – o doente, sua família e a equipe de saúde – que devem manter um diálogo e um processo de negociação na tomada de decisões.

***IHU On-Line* – Qual a importância da família para quem está morrendo?**

Rachel Menezes – A família é uma referência central na cultura ocidental moderna. A identidade individual tem origem na família. Somos todos um produto da família e recebemos um mandato da família para constituir nova família. Vive-se na e com a família e morre-se com a família. Cada pessoa que vivencia um processo de morte é remetida a seus vínculos sociais, relacionais e familiares. A atenção ou não que o doente recebe da família, o respeito às suas decisões e o legado a ser deixado são temas de importância para os que estão morrendo. Para a família, a perda de um de seus membros pode afetar sua estrutura.

***IHU On-Line* – O que significa morrer na contemporaneidade? Como explicar um avanço cada vez maior na tecnologia para prolongar a vida humana? O que justifica esse "medo da morte" tão presente na atualidade?**

Rachel Menezes – Há diversas formas de morte: pode-se morrer de acidente, subitamente, por alguma doença aguda, como o infarto do miocárdio, ou em consequência de alguma doença degenerativa crônica. Pode-se morrer com lucidez ou com perda da consciência. Os significados de cada tipo de morte variam, de modo que não é possível uma resposta única. A preocupação do homem com sua finitude é antiga, os seres humanos são mortais e sabem disso. Atualmente consegue-se postergar a morte com o uso de recursos tecnológicos. A nossa

cultura veicula uma mensagem que dilui o sonho da vida eterna, por meio de um exorcismo do horror da morte. Esse efeito é alcançado por meio de duas estratégias aparentemente opostas, porém suplementares e convergentes. Uma é a de ocultar a morte daqueles próximos à sua pessoa e expulsá-la da memória, delegando os cuidados de doentes terminais aos profissionais, confinando os velhos em asilos, entre outras possibilidades. A outra forma é a exibição midiática do espetáculo da morte dos anônimos. Assim banalizada, a morte se torna tão habitual que deixa de ser notada e não é capaz de despertar emoções.

***IHU On-Line* – O que mais marca nas etapas da despedida do corpo, para quem observa?**

Rachel Menezes – Depende de quem observa: a própria pessoa em processo de morte? Seus próximos? A equipe de saúde? Os sinais de deterioração física, quando visíveis, ressaltam a fragilidade da vida humana e, sobretudo, a proximidade do final da vida. A despedida do corpo é, em outros termos, a despedida da vida. Cada indivíduo vai vivenciar e elaborar a perda de acordo com os significados compartilhados socialmente e com sua própria estrutura psíquica.

***IHU On-Line* – Quais os maiores desafios para um psicólogo na UTI? Como lidar com os abalos emocionais de quem está perdendo a vida e dos familiares dessa pessoa?**

Rachel Menezes – O psicólogo que atua em UTI ou em outro setor hospitalar deve ouvir as demandas dos doentes, de seus familiares e da equipe de saúde. Ele pode auxiliar no diálogo entre profissionais de saúde, familiares e pacientes. Sobre os abalos emocionais dos familiares, é fundamental a acolhida das emoções emergentes e uma compreensão de que por vezes há conflitos e ambigüidade em relação à

perda de um familiar. Sentimentos de culpa, alívio e perda podem estar presentes simultaneamente, causando maior sofrimento e dificuldade no acompanhamento do processo de morte.

***IHU On-Line* - O que de mais importante a experiência da UTI ensina?**

Rachel Menezes - Para quem? Para um doente que esteve ali internado e recebeu alta? Para os familiares que acompanharam os cuidados e a recuperação de seu parente? Ou para

membros de uma família que presenciaram a “obstinação terapêutica” – termo utilizado em referência aos excessos de procedimentos médicos invasivos, quando não havia mais possibilidades de recuperação? Para profissionais de saúde? De um modo geral, pode-se responder a esta pergunta afirmando a relevância do diálogo entre todos os envolvidos (pacientes, familiares e equipe de saúde) no processo de tomada de decisões relativas à vida e à morte.

destaques da semana

livro da semana pg. 30
entrevistas da semana pg. 36

Livro da semana

HICK, John. Teologia cristã e pluralismo religioso: o arco-íris das religiões. São Paulo: Attar, 2005. Tradução: Luís Henrique Dreher.

John Hick, teólogo e filósofo da religião, é considerado um dos teólogos com vasta reflexão sobre a teologia do pluralismo religioso. Oriundo da tradição presbiteriana da Inglaterra, hoje ligada à Igreja Reformada, é autor de diversos livros, ainda pouco conhecida no Brasil. Atualmente é membro do Instituto de Pesquisa Avançada em Artes e Ciências Sociais da Universidade de Birmingham, Reino Unido. Sua formação teológica e filosófica ocorreu nas universidades de Edimburgo e Oxford. Lecionou também nos EUA (Cornell, Princeton e Claremont) e na Grã-Bretanha (Cambridge e Birmingham). Entre suas obras, citamos *Evil and the God of Love*. Nova Iorque: Harper & Row, 1966; *Death and Eternal Life*. Nova Iorque: Paulist Press, 1976; *The Metaphor of God Incarnate*. 1993 - com tradução brasileira intitulada *A Metáfora do Deus Encarnado*. Petrópolis: Vozes, 2000; *A Christian Theology of Religions: the rainbow of faiths*. 1995 - cuja versão brasileira *Teologia Cristã e pluralismo religioso - o arco-íris das religiões*, abordamos nas entrevistas a seguir. Hick publicou também uma autobiografia: *John Hick, an Autobiography*. Oxford: Oneworld Publications, 2003.

John Hick e o pluralismo religioso

Entrevista com Faustino Teixeira e Michael Amaladoss

Com marcadas opiniões divergentes a respeito do autor e do livro, os teólogos Faustino Teixeira e Michael Amaladoss concederam as entrevistas a seguir à *IHU On-Line*, por e-mail.

Faustino Teixeira é professor do Departamento de Ciência da Religião no Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e foi coordenador do PPG em Ciência da Religião (PPCIR) da UFJF. É também consultor da Capes e do ISER-Assessoria do Rio de Janeiro. Ele fala sobre o livro que destacamos nesta edição, na entrevista que segue, concedida por e-mail.

Faustino é pós-doutor pela Pontifícia Universidade Gregoriana (PUG), Itália, doutor em Teologia, pela mesma universidade com tese intitulada *A fé na vida: um estudo teológico-pastoral sobre a experiência das CEBs no Brasil*, mestre em Teologia, pela PUC-Rio e graduado em Filosofia e em Ciências da Religião pela UFJF. Entre suas últimas obras publicadas, destacamos: *A fé na vida: um estudo teológico-pastoral sobre a experiência das CEBs no Brasil*. São Paulo: Loyola, 1987; *A gênese das CEBs no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 1988; *Teologia da Libertação: Novos desafios*. São Paulo: Paulinas, 1991. Ele é organizador do livro *No limiar do mistério. Mística e Religião*. São Paulo: Paulinas, 2004. Dele publicamos um artigo

na 131ª edição, de 7 de março de 2005 sobre o temor do reconhecimento da alteridade e uma entrevista na 133ª edição, de 21 de março de 2005 sobre o tema Mística comparada.

Michael Amaladoss, jesuíta indiano, é diretor do Instituto para o Diálogo com Culturas e Religiões, em Chennai, na Índia. É doutor em Teologia Sistemática pelo Institut Catholique de Paris, na França, além de professor de Teologia no Vidyajyoti College of Theology, em Nova Déli, na Índia. Autor de diversos livros e artigos sobre espiritualidade e diálogo inter-religioso, entre os quais citamos os mais recentes. *Making Harmony. Living in a Pluralist World*. Delhi: ISPCCK, 2003, que está sendo traduzido e será publicado, proximamente, pela Editora Unisinos na Coleção Theologia Publica; e *The Dancing Cosmos. A Way to Harmony*. Delhi: ISPCCK, 2003. Amaladoss esteve na Unisinos, proferindo a conferência *A teologia das religiões e a teologia na universidade* no Simpósio Internacional *O Lugar da Teologia na Universidade do século XXI*, organizado pelo IHU em maio de 2004. Ele concedeu ao *IHU On-Line* duas entrevistas: na edição 102, de 24/5/2004 e na edição 103, de 31/5/2004, sobre pluralismo religioso. Ele também participou do Fórum Mundial de Teologia e Libertação, realizado em janeiro de 2005, em Porto Alegre, ocasião em que proferiu a conferência de encerramento, intitulada “O Deus de todos os nomes e o diálogo inter-religioso”.

O pesquisador é também autor de *Teologia das religiões e teologia na universidade*, publicado no livro NEUTZLING, Inácio (org.), *A teologia na universidade contemporânea*. São Leopoldo: Editora Unisinos. 2005. p. 117-139 e do Caderno Teologia Pública No. 10, sob o título *O Deus de todos os nomes e o diálogo inter-religioso*.

IHU On-Line - Como John Hick entende o pluralismo religioso? Quais as novas ferramentas que o autor fornece para poder ler o pluralismo das e nas religiões?

Faustino Teixeira - O filósofo e teólogo inglês John Hick é um dos pioneiros na defesa de um pluralismo religioso de princípio. Sua hipótese pluralista traduz uma perspectiva bem distinta com respeito às posições tradicionais identificadas seja com o exclusivismo, seja com o inclusivismo⁴. Trata-se de uma perspectiva que traduz uma reação contra a reivindicação cristã de ser a religião de superioridade última. Na alternativa pluralista, as

outras religiões passam a ser vistas como “contextos autênticos de salvação/libertação”, ou seja, espaços propícios de realização da transformação salvífica da vida humana, no sentido do questionamento do autocentramento problemático e de abertura a uma nova orientação centrada na realidade divina. As diversas tradições religiosas são reconhecidas por Hick como meios bem diferentes, mas igualmente válidos, de experimentar e responder à Realidade última que no cristianismo é reconhecida como Deus.

Michael Amaladoss - Eu não acho que ele esteja dizendo nada de novo. É apenas o Real, o qual é inefável - o

⁴ Sobre este tema confira o *Caderno Teologia Pública*, número 10, de 2005, de autoria de M. Amaladoss. (Nota da *IHU On-Line*)

*Noumenon*⁵. As diferentes religiões são esforços humanos limitados para conhecer e expressar isso – o Fenômeno. Nenhuma religião precisa se sentir superior às outras. Todos/todas devem viver em paz.

IHU On-Line - Como ele aproveita a metáfora do arco-íris para explicar o pluralismo?

Faustino Teixeira – A idéia de centralidade do Real vai ser decisiva na hipótese pluralista de John Hick. Entre as diversas opções de terminologia para traduzir a realidade transcendente, John Hick escolhe a categoria Real, mesmo reconhecendo os seus limites. Trata-se para ele de um termo mais neutro e que apresenta uma visão mais universal. O Real é a fonte e o fundamento de tudo, estando para além de todos os sistemas particulares de crença. As distintas expressões religiosas tornam-se contextos de salvação/libertação à medida que se sintonizam com este Real. Não há como acessar o Real em si, nem mesmo atribuir-lhe qualidades intrínsecas. Dele não se pode dizer que é pessoal ou impessoal, um ou muitos, consciente ou não-consciente, pleno ou vazio. Ele é, em si, inacessível, fora de qualquer alcance cognitivo. Entretanto, como a luz do sol, vem parcialmente apreendido pelas diversas tradições de forma diversificada. Daí a bela metáfora do arco-íris, que vem expressar a refração da Luz divina, ou do Real, nas diversas culturas religiosas da humanidade. A hipótese pluralista de Hick vem, assim, abrir uma nova perspectiva para a acolhida das

⁵ Immanuel Kant (1724 – 1804): estabeleceu distinção entre os fenômenos e a coisa-em-si (que chamou *noumenon*), isto é, entre o que nos aparece e o que existiria em si mesmo. A coisa-em-si (*noumenon*) não poderia, segundo Kant, ser objeto de conhecimento científico, como até então pretendia a metafísica clássica. A ciência restringir-se-ia, assim, ao mundo dos fenômenos, e seria constituída pelas formas *a priori* da sensibilidade (espaço e tempo) e pelas categorias do entendimento.” (Dados obtidos em <<http://www.culturabrasil.pro.br/schopenhauer.htm>>.). (Nota do Tradutor)

religiões em sua alteridade, na medida em que convoca ao reconhecimento da presença do Mistério em outras formas de sua manifestação.

Michael Amaladoss - Nas próprias palavras dele: “O arco-íris, como a luz do sol refletida pela atmosfera terrestre em um glorioso espectro de cores, é uma metáfora para as refrações da divina Luz para as culturas religiosas humanas.”.

IHU On-Line - Quais as principais polêmicas e reações que o livro Teologia cristã e pluralismo religioso: o arco-íris das religiões despertou? Como o autor responde?

Faustino Teixeira – As reações a John Hick começaram sobretudo após 1977, quando foi publicado o volume de ensaios *The Myth of God Incarnate*, organizado pelo autor. Outra obra organizada por Hick em parceria com Paul Knitter⁶, em 1987, suscitou novas polêmicas: *The Myth of Christian Uniqueness. Toward a Pluralistic Theology of Religion*. E a partir de então, este autor veio identificado com a corrente mais radical da teologia do pluralismo religioso. Não se pode, todavia, desconhecer as mudanças por que passaram o pensamento de Hick nos últimos anos, e os novos matizes de sua reflexão. Entretanto, como ele mesmo mostrou, as igrejas não têm conseguido acompanhar o avanço dos estudos acadêmicos na área da teologia do pluralismo religioso. O livro em discussão, *Teologia cristã e pluralismo religioso*, foi originalmente publicado em 1995, e como toda obra de John Hick, divide opiniões. Há setores que reagem de forma mais crítica e outros que se abrem ao desafio lançado pelo autor. O livro traduz, de forma muito feliz, a discussão que a hipótese pluralista levanta. E a maneira que o

⁶ Paul Knitter: professor emérito de Teologia na Xavier University, é conhecido internacionalmente como especialista em relações inter-religiosas. (Nota da *IHU On-Line*)

autor encontrou para responder às inúmeras críticas que sua concepção de pluralismo tem suscitado, em âmbito filosófico e teológico, foi original. John Hick escolheu como recurso de abordagem o diálogo com duas personagens por ele criadas, uma delas apresentando as críticas filosóficas (Fil) e a outra, as críticas teológicas (Graça).

Michael Amaladoss - Sua teoria é basicamente relativismo. Não é possível conhecer a Verdade. O que temos são opiniões diferentes de diferentes pessoas sobre isso. Nada disso é verdade(iro) ou real. Aqui está alguém que clama por um olhar sobre todas as religiões de fora, “cientificamente”, e para a elaboração de uma meta-teoria abstrata, com a qual nenhum crente religioso concordará. Se nenhum fiel religioso se sente confortável com essa meta-teoria, eu não vejo como isso possa ajudá-los a encarar tensões inter-religiosas. Pode ajudar apenas filósofos de poltrona que provavelmente não acreditam pessoalmente em nada.

IHU On-Line - Como o autor reinterpreta os dogmas cristãos tradicionais? Que conseqüências essa releitura traz para o diálogo entre as religiões?

Faustino Teixeira - As implicações teológicas de sua reflexão aparecem na seção do livro dedicada ao diálogo com a personagem Graça, que apresentará as críticas teológicas à posição pluralista. As críticas mais importantes concentram-se nas implicações da hipótese pluralista para as doutrinas consideradas centrais no cristianismo, como a Encarnação e a Trindade. Para Hick, levar a sério o pluralismo religioso significa rever radicalmente a estrutura tradicional da teologia cristã. Em sua visão, a doutrina da encarnação, assim como tradicionalmente entendida, produziu na história sérios efeitos colaterais, entre os quais o anti-semitismo cristão, a exploração colonialista ocidental, a subordinação

social das mulheres e um arrogante complexo de superioridade do cristianismo diante das outras religiões. Para Hick, a doutrina da encarnação, por exemplo, não pode ser compreendida em sentido literal, mas em sentido metafórico. Com base em estudos protestantes e católicos sobre o Novo Testamento, Hick indica que “o Jesus histórico não ensinou que ele era Deus ou Deus-Filho, a segunda pessoa, encarnada, da Santa Trindade”. Sua consciência era a de um “profeta enviado por Deus”, alguém marcado por intensa consciência de Deus, que se tornou fonte de inspiração e direção para seus ouvintes. Em sua visão, a afirmação da divindade de Jesus foi fruto da tradição eclesial posterior.

Michael Amaladoss - Ele não reinterpreta dogmas tradicionais cristãos. Ele apenas nega-os como “mitos”. Ele reduz o cristianismo/ a cristandade a uma teoria ética de amor e companheirismo mútuos. Se ele não leva nenhuma religião a sério em seus próprios termos, eu não vejo como ele pode promover diálogos entre religiões ou pessoas que acreditem nelas e estão prontas a morrer por elas [as religiões]. Apenas os não-crentes virão às suas sessões de “diálogo”.

IHU On-Line - Como pode ser entendido, no livro, o pluralismo religioso na América Latina e no Brasil?

Faustino Teixeira - O grande desafio levantado pelo autor no livro é o da acolhida do pluralismo religioso. Não há como manter uma perspectiva teológica que se restrinja a aceitação do pluralismo como um fato, que deve ser mais aturado que reconhecido em seu valor. E isso só poderá acontecer levando a sério os desdobramentos da reflexão que vem acontecendo no âmbito da teologia cristã do pluralismo religioso.

Michael Amaladoss - Eu não acredito que o livro possa ajudar no entendimento e interpretação do pluralismo religioso na Índia, no Brasil, na América Latina ou em qualquer lugar do mundo. Será discutido apenas em círculos acadêmicos por filósofos de poltrona.

IHU On-Line - Quais as limitações que as principais tradições religiosas no Brasil apresentam para um diálogo no sentido que o autor está propondo?

Faustino Teixeira - Sem dúvida alguma, a maior limitação é a vigência de exclusivismos cerrados à alteridade ou o crescimento de fundamentalismos surdos à principal exigência de abertura aos novos tempos.

Michael Amaladoss - Você não promove diálogo inter-religioso se não leva as religiões a sério. A maioria das religiões – cristianismo, hinduísmo, islamismo – não se vêem como meros esforços humanos para conhecer o Real, mas como uma auto-revelação de Deus que chama por respostas. Na verdade, cada religião abre espaço para outras religiões com suas próprias percepções de fé. Isso aconteceu com o cristianismo no século XX. A abertura do cristianismo a outras religiões e ao diálogo não é resultado de uma meta-teoria filosófica como esta do Hick, mas a convicção de que o Espírito de Deus também está presente e ativo em outras religiões, e que esse Deus tem um plano para todas as pessoas. Então realmente não penso que o livro seja útil – não apenas aos cristãos, mas para qualquer fiel sério de qualquer religião. Apelará apenas aos intelectuais secularizados que pensam que a melhor forma de promover igualdade é relativizando tudo.

IHU On-Line - Em que aspectos se aproxima e em que aspectos se afasta da proposta de Hick a figura do Papa Bento XVI, pelo menos

olhando seus diversos pronunciamentos e passos dados até o momento?

Faustino Teixeira - Como assinaei na apresentação da obra, as teses de John Hick ficaram associadas, no imaginário exclusivista ou inclusivista dominante, ao relativismo. No período em que era prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé, o cardeal Ratzinger chegou a afirmar que John Hick constitui “o representante de maior relevo do relativismo religioso”. Os autores associados à corrente pluralista têm enfrentado, nos últimos anos, grandes dificuldades no âmbito da igreja católico-romana. É ainda muito cedo para fazer uma avaliação do atual pontificado de Bento XVI, por isso prefiro aguardar um pouco mais para poder responder à questão levantada. Gostaria de concluir lançando um desafio importante: de convidar os leitores a uma leitura desarmada da obra de Hick, evitando os preconceitos ou visões apriorísticas a seu respeito. Nada mais urgente no momento atual que a abertura de um debate mais amplo sobre o pluralismo religioso e a teologia pluralista das religiões.

Michael Amaladoss - Eu não penso que o Papa Bento XVI ficará contente com qualquer das propostas de Hick. Como cardeal ele já o condenou como relativista. Ele fará o mesmo agora.

IHU On-Line- Algum outro aspecto que não foi perguntado e gostaria de acrescentar?

Faustino Teixeira- Gostaria de chamar a atenção para uma questão importante na atual reflexão da teologia cristã do pluralismo religioso e que John Hick desenvolve em sua obra: a escolha da categoria “Real”⁷ para expressar o mistério maior (sem nome). Também

⁷ John HICK. *Teologia cristã e pluralismo religioso*. São Paulo: PPCIR/Attar, 2005, p. 41. (Nota do entrevistado)

Raimundo Panikkar⁸ em recente obra sobre a mística⁹, segue caminho semelhante. Ele levanta a dificuldade de definir a mística como uma “experiência de Deus”, preferindo falar de mística como “experiência da realidade última”. A opção que faz pela escolha do termo “realidade” vem justificada por ser um termo menos problemático, mais neutro e de visada mais ecumênica. Entende expressar a mística como um acesso à realidade integral e completa, e esta pode ser nomeada com termos diversificados, mas igualmente plausíveis: Deus, Tudo, Nada, Ser etc. Trata-se de uma preocupação crescente na reflexão teológica, no sentido de poder englobar experiências distintas, ou seja, religiões que aspiram a uma experiência integral da realidade, mas que não trabalham com categorias que são nossas. São pistas fundamentais que buscam superar aquela visão cristã tradicional que separava (e que ainda separa, em alguns casos) as experiências numinosas (dos outros!) e a mística sobrenatural (um privilégio dos cristãos – sic!). Há que ressaltar que a própria categoria “Reino de Deus” começa hoje a suscitar resistências em âmbito da teologia do pluralismo religioso, em razão de seu restrito poder de universalidade. Trata-se de uma categoria plausível num espaço religioso semítico bem definido. Veja, por exemplo, Christian DUQUOC. *L'unique Christ. La symphonie différée*. Paris: Cerf, 2002, p. 123.

Michael Amaladoss- Não vejo por que qualquer teólogo de qualquer religião levaria a sério as teorias de Hick e se preocuparia com elas.

⁸ Raimundo Panikkar: teólogo indiano, autor de, entre outros, *The Unknown Christ Of Hinduism: Towards An Ecumenical Christophany*. Maryknoll, Nova Iorque: Orbis Books, 1981. (Nota da *IHU On-Line*)

⁹ Raimundo PANIKKAR. *L'esperienza della vita*. La mística. Milano: Jaca Book, 2005 (em especial pp.58-59). (Nota do entrevistado)

Entrevistas da semana

Culturas locais estão sendo revalorizadas

Entrevista com Michel Maffesoli

“Não estou certo de que a globalização seja o que vá perdurar, pois se faço uma imagem, posso dizer que há uma “macdonalização” como símbolo dessa globalização, mas, ao mesmo tempo, há a reafirmação da feijoada. Quero, com isso, dizer que há a revalorização das culturas locais, que são muito fortes”, disse o sociólogo francês Michel Maffesoli em entrevista exclusiva concedida à *IHU On-Line*. O pensador recebeu a reportagem da *IHU On-Line* no Hotel Intercity, em Porto Alegre, onde esteve hospedado por ocasião do evento *Metamorfoses da Cultura Contemporânea*, do qual foi palestrante na noite de 17 de outubro. Na rápida conversa, momentos antes de dirigir-se ao Salão de Atos da UFRGS, onde aconteceu o evento, Maffesoli analisou as principais metamorfoses pelas quais a sociedade em que vivemos está passando e falou, também, sobre o trabalho. Michel Maffesoli leciona na Sorbonne - Paris V, é diretor do Centro de Estudos sobre o Atual e o Quotidiano (CEAQ) e edita a revista *Sociétés*. É autor de inúmeros livros importantes para a compreensão da mutabilidade social moderna e pós-moderna, como *A conquista do presente*. Rio de Janeiro: Rocco, 1984; *A contemplação do mundo*. Porto Alegre: Artes & Ofícios, 1995; *A transfiguração do político: a tribalização do mundo*. Porto Alegre: Sulina, 1997; *Lógica da dominação*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978; *Moderno e pós-moderno*. Rio de Janeiro: UERJ, 1994.

IHU On-Line - Quais são as metamorfoses mais importantes pelas quais nossa sociedade está passando?

Michel Maffesoli - Primeiramente, considero muito importante a própria noção de metamorfose. Em um sentido etimológico, se rende ao fato de que a forma como a sociedade se organizou nos séculos XVIII e XIX, está cedendo lugar a uma outra forma. Essa é a idéia de metamorfose. A passagem de uma forma à outra é, para mim, a passagem da modernidade à pós-modernidade. Viu-se bem como, nos séculos XVIII e XIX, se elaborou a importância da razão organizadora do social. Observou-se que o segundo grande elemento era o trabalho, com o qual há uma realização

de mundo, existe uma realização do “em si mesmo” e o terceiro elemento é essa idéia de progresso, ordem e progresso, como na bandeira do Brasil. (risos) Penso que esses três grandes elementos constituíram a sociedade moderna. Acontece que há novas formas que nascem com as novas gerações, ou seja, com os que são responsáveis por construir a sociedade de amanhã, para os quais, o trabalho significa menos que a criação, o futuro, menos que o presente, e a razão, menos que a imaginação. Eis o porquê da existência das três grandes metamorfoses: criação, presente, imaginação.

IHU On-Line - Nesse contexto, qual

é o futuro do trabalho?

Michel Maffesoli - De uma maneira um pouco provocadora, digo que o trabalho não vai mais poder ser o único valor social. A importância do trabalho, (essa é minha hipótese a longo prazo) nos novos valores que vão se salientar na atualidade, será relativizada em relação ao qualitativo da existência. É o que acontecerá. O problema, contudo, é que se continua sendo imobilizado pela noção de trabalho. É esse valor que construiu a sociedade moderna. Eu me rendo um pouco ao fato de que talvez haja, atualmente, outra coisa em gestação. Na Renascença, existia cultura, não referente à noção de trabalho, mas à idéia de criação. Penso que há o retorno da idéia de criação.

IHU On-Line - Como a cultura e a política são afetadas pela modernidade, a globalização e o pragmatismo?

Michel Maffesoli - Primeiramente, diria, sobre a política, a mesma coisa que acabo de dizer sobre o trabalho. Não é garantido que a política seja um valor do futuro. Ela continua existindo, evidentemente, mas ao mesmo tempo, não sei como é no Brasil, vejo que na Europa os jovens se interessam cada vez menos pela política, como se distanciam das políticas, dos homens e mulheres políticos. Da mesma maneira, não estou certo de que a globalização seja o que vá perdurar, pois se faço uma imagem, posso dizer que há uma "macdonalização" como símbolo dessa globalização. Ao mesmo tempo, todavia, há a reafirmação da feijoada. Quero, com isso, dizer que há a revalorização das culturas locais, que são muito fortes. E o que parece importante é o retorno da cultura no verdadeiro sentido do termo. Não a cultura que se pode "museificar" ou "grafar", não a cultura das grandes obras, mas a cultura cotidiana, a verdadeira cultura que vem a ser a comida, a habitação e a vestimenta. Estou atento ao que dizia um dos grandes sociólogos alemães,

Marx¹⁰, que "precisamos estar à altura do cotidiano".

IHU On-Line - E o que significa, para o senhor, o retorno das emoções sociais?

Michel Maffesoli - Quero simplesmente estar atento ao fato de que a ligação social não repousa mais sobre a razão, mas sobre a divisão de emoções, a divisão de paixões em comum. É o que chamei de *orge*, orgia em grego, ou seja, as paixões em comum. É possível verificar como, de diversas maneiras, há o retorno dessas paixões. O esporte é, por exemplo, a ocasião de grande reunião de pessoas, quando as paixões são exacerbadas, mesmo a produção cinematográfica, a produção visual, a publicidade. Tudo isso suscita as expressões emocionais. É a isso que estou atento. Não simplesmente à razão passional, mas ao que se chama de sensível. Um de meus livros se chama *L'éloge de la raison sensible*¹¹ foi publicado também no Brasil. Nele, mostro como há um retorno do sensível na evolução social.

IHU On-Line - Como as noções de tribalismo e de sociedade podem ajudar a compreender a metamorfose da cultura contemporânea?

Michel Maffesoli - Às grandes instituições macroscópicas, ou seja, os partidos, os Estados-nação (Michel

¹⁰ **Karl Heinrich Marx** (1818 - 1883): filósofo, cientista social, economista, historiador e revolucionário alemão, um dos pensadores que exerceram maior influência sobre o pensamento social e sobre os destinos da humanidade no século XX. Marx foi estudado no **Ciclo de Estudos Repensando os Clássicos da Economia**. A palestra *A Utopia de um novo paradigma para a economia* foi proferida pela Prof^a Dr^a Leda Maria Paulani, no último dia 23 de junho. O **Caderno IHU Idéias**, edição número 41, teve como tema "A (anti)filosofia de Karl Marx", com artigo de autoria da mesma professora. (Nota da **IHU On-Line**).

¹¹ **O Elogio da razão sensível**. Petrópolis: Vozes, 1998. (Nota da **IHU On-Line**)

Foucault¹² mostrou muito bem como, no século XIX, havia grandes instituições), oponho a metáfora da tribo, que, no fundo, é um compartilhar de sentimentos. A microtribo, (isso também é uma metáfora) são as emoções vividas em comum, tribo sexual, musical, religiosa etc. Há uma ligação entre as emoções.

¹² **Michel Foucault** (1926-1984): filósofo francês, foi professor no Collège de France. Sua obra tem um enorme impacto na academia, pois perpassa principalmente pelas áreas humanas e das ciências sociais, mas também pelas demais áreas de estudo. A matéria de capa da 119ª edição do *IHU On-Line*, de 18 de outubro de 2004, foi dedicada a Michel Foucault. O Instituto Humanitas Unisinos organizou, durante o ano de 2004, o evento **Ciclo de Estudos sobre Michel Foucault**. (Nota da *IHU On-Line*)

As múltiplas falas do *hip hop*

Entrevista exclusiva com Tânia Ximenes Ferreira

Hip hop e educação: mesma linguagem, múltiplas falas é o título da dissertação de mestrado de Tania Ximenes Ferreira, apresentada na Faculdade de Educação da Unicamp. A pesquisadora mergulhou no movimento *hip hop* de Campinas para entender se havia crise no grupo. "A crise que atinge o movimento em Campinas pode ser ampliada para outras localidades. Esta crise, porém, deve ser encarada não como caos, mas como risco e oportunidade, possibilidades de se delimitarem novas relações", explica Ximenes. A *IHU On-Line* entrevistou por e-mail a estudiosa sobre o tema.

IHU On-Line - Quais foram os conflitos no movimento *hip hop* verificados em sua pesquisa?

Tânia Ximenes Ferreira - Há uma multiplicidade de posicionamentos e propostas entre os *hip hoppers*, mas o ideário que os norteia é o mesmo. Embora façam parte da mesma manifestação cultural, há peculiaridades. Denominam-se *hip hop*, mas expressam "múltiplas falas". Há aparente homogeneidade no *hip hop* movimento de contestação social, denúncia e protesto, por meio de suas expressões artísticas. No entanto, há *hip hoppers* que afirmam "não fazer protesto" ou que não consideram todas as expressões do *hip hop*. Outros estão ligados a diferentes militâncias e outros, ainda, têm interesses exclusivamente financeiros. Enfim, pertencem a um grupo de jovens que compartilha de uma mesma definição de realidade, mas podem expressar múltiplas falas.

IHU On-Line - Qual é o perfil das pessoas que fazem parte do movimento? Quais são as suas falas?

Tânia Ximenes Ferreira - O *hip hop* é constituído, em sua maioria, por jovens, moradores de periferia e negros. Suas falas são as desigualdades sociais, a violência, a importância da educação, da informação e da politização. Uma característica importante é o compromisso com as modificações sociais.

IHU On-Line - Em que ponto a linguagem é a mesma se levarmos em conta a dança, o desenho e a música?

Tânia Ximenes Ferreira - A linguagem é a mesma se considerarmos a resistência e a ruptura com os padrões impostos pela sociedade. A linguagem sonora resiste quando rompe com a melodia da música legitimada pela sociedade, introduzindo elementos eletrônicos e ruídos como o arranhar do disco. Resiste quando cria jeitos de mexer, de torcer, de pular, de girar e recria passos de dançarinos e de ginastas profissionais. No desenho, a resistência está em fazê-lo colorido com spray nos muros e prédios públicos. Em retratar cenas urbanas, sem domínio de técnicas de pintura, sem moldura. Nas letras, o jeito de falar, rimar, com gírias sem seguir as mesmas regras das poesias.

IHU On-Line - Dá pra dizer que o *hip hop* é ainda um movimento único e integrado?

Tânia Ximenes Ferreira - Dá para dizer que o *hip hop* tem se construído em seu contexto ambíguo e que as diferenças permitem seu crescimento. É da tensão entre os grupos que o *hip hop* se mantém.

IHU On-Line - Quais são as diferenças mais gritantes que a

senhora encontrou neste grupo de Campinas?

Tânia Ximenes Ferreira - As diferenças são a parte ativa da identidade, e não algo que descaracterize o *hip hop*. Os momentos se transformam e incorporam outros modos de luta e de participação. O *hip hop* hoje não se constituiu com base em uma abordagem exclusivamente contestatória. No entanto, alguns grupos podem ser identificados. Alguns b.boys (dançarinos de break) consideram o rap como expressão do *hip hop* e não fazem protesto, já que consideram apenas o caráter de festividade. Alguns *rappers* vêem a proximidade entre os partidos políticos e o *hip hop* como uma militância única. Outros *hip hoppers* têm objetivos exclusivamente financeiros. Há ainda grafiteiros que não gostam de rap e militantes do movimento negro que definem o *hip hop* como ideário apenas de luta racial.

IHU On-Line - O movimento *hip hop* está passando por uma crise? Dá para dizer que o quadro encontrado em Campinas pode ser ampliado para o País?

Tânia Ximenes Ferreira - A crise que atinge o movimento em Campinas pode ser ampliada para outras localidades. Porém, esta crise deve ser encarada não como caos, mas como risco e oportunidade, possibilidades de se delimitarem novas relações.

IHU On-Line - Qual a importância do *hip hop* para as comunidades nas quais o movimento se insere?

Tânia Ximenes Ferreira - Os *hip hoppers* têm desenvolvido atividades ligadas à educação não-formal por meio de oficinas, aulas, palestras, seminários e fóruns que abordam temas de interesse dos jovens moradores de periferia. Estabelecem-se parcerias com a administração municipal ou estadual, ONGs, centros comunitários, associações e escolas públicas. Em alguns locais onde foram desenvolvidas oficinas, os participantes estão sendo os multiplicadores do *hip hop*, dando continuidade aos projetos de formação de novos *hip hoppers*.

A cultura política do movimento sindical é extremamente carregada de representações machistas

Entrevista com Verônica Ferreira

Sindicatos: Espaços para a atuação das mulheres? Um estudo sobre a participação das mulheres em sindicatos filiados à Central Única dos Trabalhadores num cenário de reestruturação produtiva (1986-1999) é o título da dissertação de mestrado da cientista política Verônica Ferreira, defendida no início do mês na Unicamp. Em seu estudo, a pesquisadora analisou a militância feminina, o debate sobre as relações de gênero e a incorporação de demandas específicas relacionadas à condição feminina na agenda de três sindicatos do Estado de São Paulo: o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, o Sindicato dos Químicos e Plásticos de São Paulo e o Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo, ao longo dos anos 1990.

Confira a entrevista sobre o tema concedida por e-mail pela estudiosa à *IHU On-Line*.

IHU On-Line - Há diferenças na participação das mulheres nos três sindicatos estudados? Por quê?

Verônica Ferreira - Sim. Desde os anos 1970, os três sindicatos buscaram estimular a participação feminina. Tratava-se de garantir o atendimento das necessidades das trabalhadoras, encaminhando seus problemas e anseios específicos. Isso demandou dos dirigentes sindicais dois tipos de atitude. De um lado, era preciso possibilitar e estimular a participação feminina no cotidiano, na militância sindical e, inclusive, nas posições de liderança (diretorias sindicais), de maneira a garantir que as necessidades das mulheres pudessem chegar ao espaço sindical. E, desse modo, pudessem ser incluídas nos debates que definiriam as demandas de cada categoria. Por outro lado, era também necessário que os líderes sindicais tivessem sensibilidade e disposição para canalizar as necessidades das trabalhadoras. Assim, a capacidade de mobilização e a força política de cada um dos sindicatos, bem como a

importância/sustentação dada por cada um deles à sua militância feminina, além da porcentagem de mulheres em cada categoria, foram fatores decisivos para determinar as diferenças observadas nos anos 1990.

Os metalúrgicos

O Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, que possuía uma militância feminista consolidada e um trabalho contínuo com as mulheres desde a década de 1980 (apesar de as mulheres constituírem uma pequena parcela da categoria, cerca de 12%), mostrou-se sensível às necessidades femininas, incorporando-as ao seu leque de bandeiras de luta e encaminhando-as à mesa de negociação. Nesse momento, porém, diante da intransigência patronal, não teve sucesso na defesa de boa parte das garantias sociais para a mão de obra feminina.

Os químicos

O Sindicato dos Químicos e Plásticos de São Paulo (com cerca de 33% de mulheres na sua base no final dos anos

1990) tinha uma Comissão de Mulheres e uma militância feminina articuladas até meados dos anos 1990. Nesse período, embora este sindicato não tenha obtido ampliações relevantes das garantias à maternidade, conseguiu obter, nos acordos coletivos, a proibição da exigência de testes para investigação de gravidez e o registro em carteira compatível com a função exercida pelas trabalhadoras. No final dos anos 1990, a desarticulação da Secretaria da Mulher devido, principalmente, a atitudes preconceituosas dos militantes e sindicalistas, somou-se a uma conjuntura extremamente complicada para aquele sindicato. Nesse período, houve queda da sindicalização, das receitas e do poder de barganha nas campanhas salariais. Nesse segundo momento, a militância sindical mostrou-se menos disposta a discutir as reivindicações das mulheres da categoria (por exemplo, a instituição de mecanismos contra a discriminação e a desigualdade salarial) e encaminhá-las à negociação.

Os bancários

O Sindicato dos Bancários de São Paulo possuía uma Comissão de Mulheres bastante ativa no final dos anos 1990. Na década anterior, o trabalho de mobilização da Comissão de Mulheres fora bastante ativo, porém descontínuo. Nos anos 1990, em resposta à crescente feminização da categoria (as mulheres eram 48% da categoria em 1999), a militância e a direção sindical mostraram-se mais sensíveis às reivindicações femininas. Como resultado, o Sindicato dos Bancários obteve os melhores acordos, no que se refere às garantias à maternidade e à paternidade. Maior dificuldade foi enfrentada na negociação de cláusulas relativas à igualdade de oportunidades e assédio sexual, que não foram convertidas em itens dos acordos coletivos.

IHU On-Line - Por que as mulheres participam pouco dos sindicatos? A "culpa" é das mulheres ou da estrutura dos sindicatos? Quais são as conseqüências dessa pouca participação das mulheres?

Verônica Ferreira - Esta é uma questão bem difícil de responder. Para que um trabalhador (de qualquer sexo) participe de um sindicato, é fundamental que ele se reconheça no projeto político do sindicato, ou seja, que se identifique com aquela entidade de classe, e isso significa ter suas necessidades e anseios encaminhados pela entidade. Os sindicatos devem também abrir espaço para a discussão dos problemas que atingem os diversos segmentos das categorias, escutá-los, inserir esses novos temas em suas discussões. E, é claro, chamar os trabalhadores (as) para o sindicato, desenvolver eventos, atividades.

Cultura carregada de representações machistas

No que toca às relações de gênero, vários pesquisadores antes de mim já detectavam que a cultura política do movimento sindical é extremamente carregada de representações machistas - tanto no discurso como nas práticas. Por exemplo, as reuniões dos sindicatos são realizadas no período noturno e, muitas vezes, prolongam-se até altas horas. A maioria dos eventos sindicais, até bem pouco tempo, não contava com creche para os filhos dos militantes. As plenárias da CUT duram de dois a três dias... E as mulheres têm responsabilidades domésticas, filhos. Militar no sindicato fica bem mais difícil para as mulheres do que para homens. É algo perigoso: os sindicatos não se adaptam, não adaptam seus discursos... As mulheres se afastam e, não estando no sindicato, suas questões específicas tendem a ser relegadas a um segundo plano.

IHU On-Line - Como as mulheres têm se posicionado em relação a

esse espaço que não é ocupado corretamente?

Verônica Ferreira - Nos anos 1980, houve um crescimento, não apenas da participação, mas também do próprio debate sobre as necessidades das trabalhadoras, sobre a condição feminina e sobre as relações de gênero no trabalho e no espaço sindical. Por meio de sindicalistas identificadas com as idéias feministas esse debate chegou à CUT, que criou a Comissão Nacional da Mulher Trabalhadora (hoje, Secretaria Nacional da Mulher Trabalhadora), a qual teve o papel fundamental de centralizar a discussão de gênero, difundi-la para o conjunto dos sindicatos cutistas e fazer a ponte entre o movimento sindical e outros movimentos sociais, sobretudo o movimento feminista. A principal demonstração dessa influência foi a introdução do debate sobre ações afirmativas no âmbito da CUT, e a posterior aprovação da destinação de cotas de 30% dos cargos de direção dos sindicatos - e da CUT - para as mulheres.

Debate retrocedeu nos anos 1990

Nos anos 1990, entretanto, o debate de gênero diminuiu sensivelmente em intensidade no conjunto do movimento sindical ligado à Central. As cotas para mulheres foram aplicadas na constituição da direção nacional da CUT e nas diretorias de alguns dos principais sindicatos, mas até hoje há uma grande dificuldade em difundir este princípio para o conjunto dos sindicatos filiados. Nos sindicatos pesquisados, muitas vezes, as demandas específicas das mulheres perderam prioridade para questões como salário e manutenção do nível de emprego na agenda sindical e, por conta disso, não foram convertidas em conquistas para as trabalhadoras.

IHU On-Line - Qual é a origem dessa situação?

Verônica Ferreira - A origem dessa situação está, é claro, relacionada ao cenário político e econômico da década de 1990, notadamente hostil e difícil para o movimento sindical. Entretanto, existe um fator mais antigo e mais profundamente enraizado nas ações das lideranças sindicais: o machismo, que permaneceu renitente no espaço sindical. O questionamento desenvolvido pelas sindicalistas feministas contribuiu para uma maior sensibilização das lideranças sindicais em relação à discriminação e às demandas femininas. Entretanto, a discriminação sexista, condenada no discurso, é ainda praticada, muitas vezes sem ser percebida, por lideranças sindicais de ambos os sexos. A cultura sindical mostrou-se resistente tanto à inserção das mulheres na militância e nas instâncias decisórias quanto à discussão das relações de poder nos sindicatos e à incorporação de demandas relativas à condição feminina. As mudanças no perfil das categorias profissionais foram acompanhadas muito lentamente por mudanças de atitudes dos sindicatos estudados.

IHU On-Line - A dupla jornada - trabalho e casa - é uma das questões que atrapalha a participação das mulheres nos sindicatos?

Verônica Ferreira - Sim e não. Ela dificulta, mas não impede. Mas, muitas vezes, ela aparece no discurso de militantes e dirigentes sindicais (homens) como fator impeditivo. Ninguém questiona, porém, o fato de as atividades sindicais serem organizadas em função do cotidiano masculino. Em geral, na nossa sociedade, os homens estão desobrigados de tarefas domésticas e de cuidar dos filhos. Ora, muitos deles são pais, e também não deveriam ficar dias longe da família, participando de uma plenária da CUT, por exemplo.

IHU em revista

eventos	pg. 45
ihu repórter	pg. 66
sala de leitura	pg. 68
carta do leitor	pg. 69

A crise política brasileira a partir de um olhar ético

Esse foi o assunto que o Prof. MS Solon Eduardo Annes Viola apresentou em 24 de outubro em mais uma edição dos **Encontros de Ética**. Por e-mail, o professor Solon adiantou alguns aspectos de sua fala à *IHU On-Line* 160, de 17 de outubro de 2005. Solon é graduado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, é mestre em História pela Unisinos e doutor em Ciências Sociais Aplicadas, também na Unisinos, com a tese *Movimento de Direitos Humanos e a redemocratização: da ditadura sem disfarces à constituinte cidadã* (1968-1988). Organizou algumas obras, sendo a mais recente *Direitos Humanos - Alternativas de Justiça Social na América Latina*. São Leopoldo: Unisinos, 2002.

Ecos do Evento

“Penso que essa oportunidade foi bastante esclarecedora porque vemos tanta coisa na mídia e nem sempre sabemos realmente o que é verdadeiro ou não. O **Encontros de Ética** mostrou a chance de pensarmos a fundo o que está acontecendo. Como estudante de Psicologia, tenho muito interesse nos aspectos sociológicos e da psicologia social que existem por trás desse tema.”

Simone Alves de Almeida, estudante da Graduação em Psicologia na Unisinos, 4º semestre.

“Achei a palestra excelente, pois o Prof Viola trouxe dados que contribuem para avaliar a crise política e o que vem acontecendo em nosso país. O enfoque foi bem construído e valeu a pena ter assistido. Entretanto, o professor foi bastante parcial em sua posição, defendendo o seu ponto de vista, o que de qualquer modo não invalida a grande discussão que estabelecemos”.

Cristina Melz Nunes, formanda na Graduação em Direito na Unisinos.

O diálogo e o grupo: uma experiência transdisciplinar na escola

Entrevista com Flávia Mädche

O tema *O diálogo e o grupo: uma experiência transdisciplinar na escola* será apresentado na próxima edição do **Encontros de Ética**, dia 7 de novembro, pela professora Flávia Clarici Mädche. O encontro acontecerá na sala IGI19, das

17h30 às 19h. Flávia é graduada em Pedagogia pelas Faculdades Integradas de Santo Ângelo (FISA) e em Pedagogia Habilitação Supervisão Escolas de 1º e 2º graus pela Faculdade de Ciências, Letras e Educação de Presidente Prudente, São Paulo. É mestre e doutora em Ciências da Educação pela Universität München Ludwig-Maximilians, na Alemanha, com a tese *Kann Lernen wirklich Freude machen? Der Dialog in der Erziehungskonzeption von Paulo Freire*, publicado em 1995 pela editora SPAK, de Munique. De sua produção biográfica, destacamos: ***Abrindo perspectivas: a intersubjetividade na pedagogia de Paulo Freire***. Porto Alegre: Editora da Casa, 1998; ***Paulo Freire: Ética, Utopia e Educação***. Petrópolis: Vozes, 1999; ***Práticas Pedagógicas em Matemática e Ciências nos Anos Iniciais***: Caderno do Professor. Brasília: Ministério da Educação; São Leopoldo: Unisinos, 2005. Os dois últimos por ela organizados.

IHU On-Line - Como descreve a experiência transdisciplinar na escola, envolvendo diálogo e grupo?

Flávia Mädche- Procurando romper com o discurso da crítica à escola e à educação brasileira trago idéias decorrentes de reflexões elaboradas com base em discussões de um grupo de professores, dos cursos de Licenciaturas em Biologia, Matemática e Pedagogia, da Unisinos, que constituem o Núcleo de Formação Continuada de Profissionais da Educação (NUPE), integrado à Rede Nacional de Formação Continuada de professores de Educação Básica. O MEC/NUPE objetiva criar com o sistema público de ensino, um espaço de diálogo para desenvolver uma cultura de estudo e trabalho que se traduza pela prática da formação continuada em serviço. O NUPE, trabalhando com um ou mais professores e professoras, indicados pelos líderes da educação pública municipal ou rede de escolas estaduais, constituiu Grupos de Estudos municipais. Trabalhando com estes professores coordenadores em momentos presenciais e a distância, de forma criativa, (mas não utópica), busca problematizar, entender, explicar e qualificar as dimensões da ação docente. Considera as subjetividades e o ensino dos conteúdos disciplinares das áreas de Matemática e Biologia, inerentes aos conteúdos e reconhece que é preciso estudar os conteúdos das

disciplinas para produzir sentido e transcendê-las no ato de ensinar. Reconhecido este processo os educadores ligados aos grupos de estudos precisam reconhecer que a subjetividade que nos modela, atribui o sentido ao conhecimento, que a reflexão sobre a produção da subjetividade individualizada e o conhecimento disciplinar antes de se tornarem transdisciplinares precisam ser entendidos pelo valor social e político. Esta mobilização no nosso entender poderá surgir da discussão de grupos de estudos, uma vez que ninguém se forma sozinho, mas com o outro.

IHU On-Line- Quais são as melhorias conseguidas com essa prática e quais são as maiores dificuldades?

Flávia Mädche -Falar em melhorias com um programa de Formação Continuada de Professores, que teve início em abril deste ano é cedo. No entanto, as avaliações intermediárias e depoimentos de professores coordenadores dos grupos de estudos têm revelado que os grupos de estudos têm contribuído para tirar o professor do isolamento. Tendo como base o depoimento de uma professora coordenadora de um grupo de estudos, pode-se reconhecer que a educação continuada deve investir na organização de grupos de estudos e fortalecê-los.

Por meio deles, em muitos lugares, o trabalho da sala de aula passou a ser tema de discussão e ter mais visibilidade. A proposta do NUPE tem contribuído para a (re)descoberta de que nos formamos e nos tornamos melhores pessoas e profissionais em diálogo com o outro. O depoimento de uma professora coordenadora de um grupo de estudos nos confirma que: “O incentivo ao estudo e trabalho em grupo que tematiza nossas práticas de ensino é uma experiência que renova e traz esperança. O reconhecimento do grupo se dá pelo estudo de nossas práticas. Através delas descobrimos a autonomia, a (re)construção, a busca, o desejo da pesquisa em querer mais para nós e nossos alunos.” Nesta afirmação, se reconhece o desejo e a abertura do professor para uma educação continuada que se efetive em seu local de trabalho. A colega professora Maria Helena Enriconi, que vem trabalhando na formação continuada de professores em escolas públicas, lembra que a socialização da prática docente no grupo de estudos, e o seu reconhecimento pelos colegas, cria a abertura para o trabalho coletivo e a autoconfiança. Ao mesmo tempo que o trabalho do professor é reconhecido pelos colegas ele redescobre como aprende e gosta de aprender. Em relação às dificuldades é possível classificá-la pelas categorias do tempo e do espaço. Contratos de trabalho fechados, com muitas horas e turnos, sem tempo definido para o estudo e a formação continuada, têm dificultado a criação de uma rotina de estudo e trabalho coletivo. Isso vem prejudicando o exercício do diálogo, de ouvir e ser ouvido e o de exercitar-se no registro da ação e reflexão por meio do Diário de Campo.

A falta de uma cultura de grupos de estudos, não poucas vezes, tem feito que, nos primeiros momentos, os grupos têm se restringido à troca de exercícios e de materiais, quando o objetivo do Grupo dos Estudos está

voltado à reflexão dos fazeres e teorias educacionais que supere o pragmatismo e o tecnicismo.

IHU On-Line- De que modo o diálogo pode potencializar os resultados educativos no grupo? Que lugar ocupa o diálogo na concepção de educação em Paulo Freire?

Flávia Mädche - O diálogo em Freire¹³ é o princípio da intersubjetividade, uma manifestação de intencionalidade que se manifesta no reconhecimento do outro, como pessoa, e a aceitação de si mesmo. O diálogo em Freire é reconhecimento e aceitação. No diálogo, a conversa se dá entre pessoas que se reconhecem no mesmo nível de interação. Ninguém sabe mais ou sabe menos. Cada um tem saberes. O diálogo vai revelar a confiança que se manifesta na esperança de que um pode aprender com o outro sem que para isso um precise usar do artifício da arrogância do saber mais. No diálogo, a palavra dirigida ao outro representa uma manifestação de esperança, intencionalidade e consciência de que nossas percepções e compreensões de mundo não necessariamente serão iguais, mas o que nos identifica, é sermos sujeitos e, como tais, precisamos nos respeitar. Credo nisso, o diálogo como recurso à exposição dos trabalhos em grupo, permite a aprendizagem pela articulação e identificação. A exposição de um trabalho entre os pares exige confiança no outro, disponibilidade ao aprender, ouvir elogios e críticas. Entretanto, antes de expor-se, vai exigir seleção e organização. A seleção e organização são processos que integram

¹³ **Paulo Freire** (1921-1997): Uma das personalidades mais marcantes da história da pedagogia mundial. Destacou-se por seu trabalho na área da educação popular, voltada tanto para a escolarização como para a formação da consciência social. A pedagogia libertadora, também conhecida pela pedagogia da libertação faz parte dos postulados centrais de Paulo Freire e hoje é conhecida e pesquisada em diversas universidades ao redor do mundo. (Nota da **IHU On-Line**)

a auto-avaliação, também identificada como reflexão sobre a prática uma vez que exige seleções e escolhas. Para Freire, os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo. A análise da práxis pelo grupo promove a comparação, a consolidação ou a revisão da prática docente. O sujeito, pelo diálogo e pela reflexão, descobrirá novos significados, novas bases que poderão vir a constituir novos conhecimentos. Pelo diálogo o professor, como cada um de nós, vai se (re)descobrir como pessoa em formação. O diálogo e a formação do “eu” se dão no movimento dialético da ação e reflexão podendo formar, por meio disso, pessoas como profissionais e grupos comprometidos com novos valores.

***IHU On-Line.* Como a experiência transdisciplinar na escola pode contribuir para formar pessoas mais conscientes e participativas politicamente?**

Flávia Mädche- Entender a transdisciplinaridade como o que transcende os conteúdos escolares, definidos como áreas de conhecimento ou disciplinas, é entender o processo educativo como forma de envolver-se na construção da *polis*. Neste entendimento, o ensino da Matemática e da Biologia são instrumentos pelos quais o professor lê, interpreta e intervém no contexto em que ele e seus alunos vivem. Por meio dos ensinamentos, tentarão superar os limites de sua cultura para abrir-se ao diálogo com o outro e a natureza. Referir-se à transdisciplinaridade é pensar o mundo numa perspectiva de ensino globalizado. Isso significa perceber a parte no todo e o todo na parte, intermediados pelo entendimento e a ação humana. Quando percebermos que, no entendimento, do universo os homens se educam em comunhão mediatizados pelo mundo, a práxis coletiva pode promover o crescimento e o amadurecimento das pessoas e

organizações. No momento que os professores, os alunos e a sociedade se entenderem pela interdependência, que somos parte do mundo, que temos um compromisso com o outro, com os reinos e o cosmos, estaremos voltados ao bem-estar de todos. Neste processo de entender o contexto, a cultura e o conhecimento virão a qualificar a vida em sociedade e a vida no planeta.

***IHU On-Line* Quais os principais desafios aos quais a escola brasileira está exposta?**

Flávia Mädche- Para alcançarmos a utopia como sonho viável, é preciso que primeiro entendamos a educação como aquela área de conhecimento que acredita que todos são capazes de aprender e que um novo mundo é possível. O que nos falta, muitas vezes, como professores, é definir o quê, porque ensinar o que estamos ensinando e a quem serve o ensinado. Respondidas estas questões temos uma última pergunta: a de como ensinar. A formação inicial historicamente enfocou mais a racionalidade técnica que a formação humanizadora. Assim, sugerimos, na busca da superação desta questão, que a formação continuada inicie pelo autoconhecimento, seguida do estudo da prática, num movimento dialético que envolve ação – reflexão – ação. Ao questionar a prática pela reflexão, poderão surgir crenças e ideologias e a falsa concepção de que para ensinar basta que o professor domine o conteúdo específico. Temos professores com grande conhecimento, passíveis de serem classificados pela racionalidade técnica como *experts*. Mas de que servem estes conhecimentos se não são entendidos ou não têm significado para o estudante e o homem comum? Quando se pensa na formação do educador e na organização da escola brasileira não é com muita dificuldade que se descobre que, não raras vezes, está focada no controle técnico e na avalanche de interesses econômicos originados do

sistema econômico. Propor uma educação que fuja destes enfoques, exige uma revisão de atitudes, objetivos e procedimentos. A Rede Nacional e o NUPE buscam provocar e contribuir para a construção de uma educação contextualizada que valorize as vivências dos sujeitos por meio das quais aprofunde e, quando necessário, ressignifique a ação docente.

IHU On-Line- Gostaria de destacar algum aspecto que não questionamos?

Flávia Mädche -A educação consciente reconhece que todos somos seres inacabados e quem não é capaz de amar os inacabados não é capaz de educar. Não há educação imposta, como não há amor imposto. Quem não ama e não compreende o próximo não vai respeitá-lo. A ética de hoje deve buscar a potencialização da vida para produzir novas relações sociais, voltadas a uma ética global sem engolir a cultura da ética local.

Ciclo de Estudos Desafios da Física para o Século XXI: uma aventura de Copérnico a Einstein

O Universo de Einstein

O Universo de Einstein foi o tema do **Ciclo de Estudos Desafios da Física para o Século XXI: uma aventura de Copérnico a Einstein**, que aconteceu dia 26 de outubro. Os palestrantes Horácio Alberto Dottori, da UFRGS, e Luiz Carlos Susin, da PUCRS conduziram o evento. Dottori concedeu entrevista por e-mail à **IHU On-Line** da semana passada, edição 161, destacando alguns dos temas abordados na palestra. Ele é graduado em Astronomia pela Universidad Nacional de Córdoba, Argentina, e especialista no mesmo assunto pelo Max Planck Institut Fur Physik And Astrophysik, Alemanha. É doutor em Física pela UFRGS. Coursou três pós-doutorados: na Royal Greenwich Observatory, Inglaterra, no Centre National de la Recherche Scientifique, CNRS, França e Ruhr Universitat Bochum, RU-BO, Alemanha. Atualmente é vice-coordenador do Observatório Educativo Itinerante, coordenador do grupo de Dinâmica de Sistemas Estelares e professor do departamento de Astronomia dessa universidade.

O outro palestrante, Prof Dr Luiz Carlos Susin, é professor da pós-graduação em Teologia da PUCRS. É teólogo pela PUCRS, mestre e doutor em Teologia pela Pontifícia Universidade Gregoriana (PUG), na Itália. Sua tese *O homem messiânico em Emmanuel Levinas*, foi publicada em forma de livro pela EST/Vozes em 1984. De sua produção acadêmica, destacamos *Assim na terra como no céu: brevíssimo sobre Escatologia e Criação*. Petrópolis: Vozes, 1995 e *A criação de Deus*. São Paulo: Paulinas, 2003. Confira a opinião de dois dos participantes do evento.

Ecoss do Evento

“Na palestra *O Universo de Einstein* fiquei especialmente entusiasmado com as novidades trazidas pelo Prof Horácio Alberto Dottori, da UFRGS. As informações da Física eram recentes, mostrando descobertas que essa ciência fez. Infelizmente, o professor não teve muito tempo para a sua exposição. Assim, ficou faltando uma relação mais estreita entre a Teologia e a Física, que era a proposta inicial do evento. Em todo o caso, fomos munidos de muitos subsídios para pensar e discutir em outro momento”.

Hermano Gerhardt, estudante da Graduação em Física na Unisinos, 4º semestre.

“No geral gostei bastante da palestra sobre *O Universo de Einstein*, mas lamento a má distribuição do tempo entre os palestrantes, já que o professor da Física teve apenas uns 15 minutos para falar. De qualquer forma, foi muito importante para nós a tentativa de fazer o diálogo entre a Física e a Teologia. O Ciclo, num geral, está sendo excelente para nossa formação”.

Tana Cássia Malacarne, estudante da Graduação em Física na Unisinos, 6º semestre.

Quarta com Cultura Unisinos – Ciclo de Estudos sobre o Brasil

O Continente

No **Ciclo de Estudos sobre o Brasil**, em sua edição no evento **Quarta com Cultura Unisinos**, foi examinada a obra *O Continente*, de Erico Verissimo. A palestra esteve sob a coordenação da Prof.^a Maria da Glória Bordini, que concedeu entrevista à *IHU On-Line* edição 161 por e-mail.

Em 14 de setembro deste ano, a Prof.^a Bordini proferiu a conferência de encerramento do *Seminário Erico Verissimo: vida obra e atualidade*, ocorrida na Unisinos de 12 a 14 daquele mês. Bordini leciona na PUCRS. Desde 1982, coordena um grupo de trabalho responsável pela atualização e informatização do Acervo Literário de Erico Verissimo. É graduada em Letras pela UFRGS, especialista, mestre e doutora em Linguística e Letras pela PUCRS. Sua tese chama-se *Criação Literária em Erico Verissimo*.

III Ciclo de Estudos sobre o Brasil

A heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil

Dia 27 de outubro o Prof Dr Ronaldo Vainfas, da Universidade Federal Fluminense (UFF), falou no **III Ciclo de Estudos sobre o Brasil**. Seu tema baseou-se no livro *A heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial*, de sua própria autoria, editado pela Companhia das Letras em 1995. Para conhecer alguns aspectos do tema abordado, confira a edição da semana passada, 161, com a entrevista que Vainfas concedeu por e-mail à *IHU On-Line*.

Vainfas é graduado e mestre em História pela UFF. Kursou doutorado na mesma área na Universidade de São Paulo (USP), com a tese *O trópico dos pecados*, publicada em formato de livro em 1989, pela editora Campus, do Rio de Janeiro. De sua produção bibliográfica, mencionamos, ainda, *Micro-história: os protagonistas anônimos da história*. Rio de Janeiro: Campus, 2002; *Brasil de todos os santos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999, entre outros. Conheça agora algumas opiniões de participantes do evento.

Ecos do Evento

“Estou fazendo este seminário desde o início. Sou graduada em História há mais de 10 anos e procuro fazer cursos de atualização anuais. O que me chamou a atenção sobre a fala de Vainfas, em específico, foram as informações a respeito dos povos indígenas, seu sincretismo religioso e resistência, pois foram temas que não estudei na minha graduação.”

Fernanda Rosa Jung, professora na rede municipal de Pareci Novo e no Colégio Sinodal Progresso em Montenegro.

“Gostei especialmente da análise que o Prof Vainfas fez sobre o livro de sua própria autoria. Ele fez uma reconstituição histórica que serviu para fundamentar bem os fatos que apresentou. Para mim, a maioria dos eventos relacionados à “heresia dos índios” e a reação da Igreja foram novidade, mas não houve surpresa, pois desde que o Brasil foi descoberto, muitas coisas ficaram mal-contadas”.

Noeli Rosa Fiorin Gomes, professora no ensino fundamental em Santa Maria.

Pecados do Brasil na mira da Inquisição

Dia 27 de outubro, das 17h30min às 19h, o Prof Dr Ronaldo Vainfas, da Universidade Federal Fluminense (UFF), proferiu outra palestra, dessa vez no **IHU Idéias**, na Sala 1G119 do Instituto Humanitas Unisinos (IHU). O tema *Pecados do Brasil na mira da Inquisição* foi discutido com base nas pesquisas desse historiador, que concedeu entrevista por e-mail à *IHU On-Line* dando alguns detalhes sobre o tema que apresentou.

Vainfas é graduado e mestre em História pela UFF. Kursou doutorado na mesma área na Universidade de São Paulo (USP), com a tese *O trópico dos pecados*, publicada em formato de livro em 1989, pela editora Campus, do Rio de Janeiro. De sua produção bibliográfica, mencionamos, ainda, *Micro-história: os protagonistas anônimos da história*. Rio de Janeiro: Campus, 2002, *Brasil de todos os santos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1999, entre outros.

Ecos do Evento

“Eu havia lido o livro *O trópico dos pecados*, escrito pelo Prof Vainfas, assim resolvi aproveitar a oportunidade e conhecer mais aspectos sobre seu trabalho. Infelizmente havia pouco público para um assunto tão importante e um historiador tão conceituado”.

Diego Vieira de Lima Webber, aluno da graduação em História da Unisinos, 4º semestre.

“Achei muito importante esse **IHU Idéias**. Fiquei interessado pelo tema porque tem a ver com a minha área, a História. Como eu já havia lido alguns textos do Prof Vainfas, resolvi participar. Os assuntos discutidos, em sua maioria, foram, para mim, novidade. É um tema novo e ainda não há muitos estudos sobre ele”.

Vinícius Lima de Borba, aluno da graduação em História a Unisinos, 4º semestre.

Enfrentando violências em São Leopoldo: o olhar da saúde coletiva

Entrevista com Elida Hennington e Stela Meneghel

Elida Hennington e Stela Meneghel, ambas professoras no Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Unisinos estarão apresnetando, no dia 3 de novembro, o evento **IHU Idéias**, com o tema *Enfrentando violências em São*

Leopoldo: o olhar da saúde coletiva. O evento é aberto à comunidade acadêmica e acontece das 17h30min às 19h na sala 1G119 do Instituto Humanitas Unisinos – IHU.

Elida Hennington é graduada em Medicina pela Universidade Federal Fluminense (UFF), especialista em Homeopatia pelo Instituto de Pós-Graduação Médica Carlos Chagas e em Medicina do Trabalho pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), onde também cursou mestrado e doutorado em Saúde Coletiva, com a tese *Saúde e trabalho: mortalidade e violência no município de Campinas, SP.* De 2003 a 2004, conduziu um projeto de pesquisa intitulado *Perfil socioeconômico e de morbimortalidade por acidente de trabalho no Vale do Rio dos Sinos, RS.* Atualmente, trabalha no projeto *Diagnóstico e estratégias de enfrentamento das violências em São Leopoldo.*

Stela Meneghel é graduada em Medicina pela UFRGS, especialista em saúde pública pela Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP), mestre e doutora pela UFRGS, com a tese *Famílias em pedaços: um estudo sobre violência doméstica e agressividade na adolescência.* Atualmente coordena o projeto de pesquisa *Histórias de resistência de mulheres no Vale do Rio dos Sinos.* Três outros projetos significativos por ela realizados chamam-se *Agrotóxicos e outros fatores de risco para suicídio no RS*, *Criminalidade e espaço urbano* e *Condições de saúde das mulheres em São Leopoldo.* Organizou o ***Caderno de Exercício de Epidemiologia*** Canoas: ULBRA, 2002 e escreveu o livro ***Avaliação de prioridades – magnitude, transcendência e vulnerabilidade do dano.*** Porto Alegre: Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente, 1982. Confira, a seguir, a entrevista concedida pelas professoras, por e-mail.

IHU On-Line - Qual é a relação entre a saúde coletiva e a violência em São Leopoldo?

Elida Hennington - A Saúde Coletiva durante muito tempo teve uma visão tradicional e até mesmo negligente em relação ao fenômeno da violência, considerando as "causas externas" (homicídios, acidentes, suicídios) como *acidentes* ou *eventos aleatórios*, com restrita possibilidade de prevenção. A violência passou a ser reconhecida como temática central na saúde a partir da década de 1990, quando a Organização Pan-Americana (OPAS), ao observar o crescimento dos indicadores na América Latina, começou a recomendar aos países-membros a inclusão do tema nas suas propostas e planos de ação. Considerado como um relevante e crescente problema de saúde pública no mundo inteiro, a

violência foi foco de resolução específica durante a 49^ª Assembléia Mundial de Saúde em 1996.

Desde então a Saúde Coletiva passou a incorporar o tema no seu campo de pesquisa e atuação, entendendo a violência como um fenômeno complexo, dinâmico e com múltiplos determinantes, mas que permite, de acordo com suas especificidades, diversas formas e mecanismos de interferência no processo saúde-doença. Ou seja, é possível encarar as várias manifestações da violência como eventos, muitas vezes, passíveis de intervenção com o desenvolvimento de ações e medidas de prevenção e promoção da saúde, objetivo maior da Saúde Coletiva.

Sabe-se que a violência hoje é uma questão importante também em São Leopoldo. A cidade apresenta

indicadores que caracterizam um quadro geral preocupante no que se refere, especialmente, à vulnerabilidade de determinados grupos populacionais a violências e acidentes, situação que precisa ser mais bem investigada, exigindo um estudo aprofundado e o real dimensionamento desse fenômeno e suas expressões em estratos populacionais específicos, como mulheres, crianças e adolescentes, idosos, trabalhadores.

Stela Meneghel - Em âmbito mundial, a cada ano mais de 1,6 milhões de pessoas morrem e outras tantas sofrem lesões em decorrência das violências, as quais têm sido classificadas como autoprovocadas, interpessoais e coletivas. Em conjunto, as violências são uma das principais causas de morte em todo o mundo e atingem preponderantemente um grupo populacional jovem, pessoas dos 15 aos 44 anos de idade.

Uma das formas mais usuais de identificar a magnitude das violências em um local é pelos dados de mortalidade, disponíveis no Brasil, somente a partir de 1979. Dentre os dados de mortalidade, utiliza-se especificamente o Capítulo XX da Classificação Internacional das Doenças (CID) que abarca as causas externas, ou seja, as mortes ocasionadas por suicídios, homicídios e acidentes. Estas mortes vêm aumentando na população brasileira em praticamente todos os Estados; no Brasil as mortes violentas encontram-se em segundo posto no *ranking* da mortalidade, enquanto, no Rio Grande do Sul, elas variam entre terceira ou quarta posição, dependendo do ano em estudo. Acrescenta-se a este fato a idade jovem da população vitimada, que faz com que as mortes violentas sejam a primeira causa de óbito nos adolescentes e adultos jovens. Além disso, este indicador só inclui as mortes, desconhecendo-se o impacto das lesões não-mortais e de suas

seqüelas, que constituem outro grupo extenso de agravos.

A saúde coletiva, embora eu venha estudando a violência há pouco tempo, pode contribuir para entender e intervir sobre o fenômeno pelas ações interdisciplinares, já que qualquer intervenção será mais eficaz se acontecer em rede, fugindo de tentativas de simplificar o problema e encontrar ações reducionistas. O enfoque da saúde pública tem como um de seus pressupostos a ação coletiva, o qual tem evidenciado que a cooperação entre campos como a saúde, a educação, a justiça, o serviço social é fundamental para resolver problemas que geralmente são considerados apenas do ponto de vista "médico" e que a atuação conjunta tem um potencial aumentado para impactar sobre as violências.

IHU On-Line - **Quais são as principais ocorrências violentas que colocam em risco a saúde coletiva neste município? A que atribui isso? Quais são os indicadores que demonstram que São Leopoldo é um dos municípios mais violentos do Estado?**

Stela Meneghel - Na última década, a mortalidade por violências mostrou uma tendência crescente, inclusive em São Leopoldo. Os dados de mortalidade por causas externas em São Leopoldo apontam para taxas maiores que as do Rio Grande do Sul. Os primeiros resultados da pesquisa que estamos realizando sobre o diagnóstico das violências em São Leopoldo mostram que as causas externas ocupam o terceiro lugar como causa de óbito, correspondendo a 15% do total de mortes no município. No Rio Grande do Sul, para estabelecermos um parâmetro de comparação, elas têm representado em torno de 10% do total dos óbitos.

Em São Leopoldo, no ano de 2002, o coeficiente de mortalidade por violências foi de 91,4 por 100 mil habitantes e a razão entre os coeficientes masculino e feminino foi de 4,9, ou seja, estas mortes atingem praticamente cinco vezes mais o contingente masculino. O grupo etário mais afetado foi o de 20 a 29 anos (23 %) e 72 % dos casos aconteceram em adolescentes e adultos jovens. Quanto ao tipo de óbito, predominam os homicídios e os acidentes de transporte e a maioria dos homicídios é causada por arma de fogo.

Além disso, observamos que os coeficientes de mortalidade tanto por causas externas quanto por homicídios apresentam um excesso de 20 a 60% na população negra (85X104/100000 habitantes para as causas externas e 36X57/100000 habitantes para os homicídios). Acrescenta-se o fato de que o quesito cor, só recentemente passou a ser registrado nos documentos de saúde como a Declaração de Óbito e ainda existem omissões no preenchimento desta informação.

Sabe-se que as violências, com algumas exceções – os suicídios no Rio Grande do Sul ocorrem em maior frequência entre agricultores e presumivelmente em regiões rurais - acontecem em maiores dimensões nas grandes cidades, principalmente nas regiões metropolitanas. Assim, utilizar as médias do Estado pode acarretar um parâmetro subestimado para efetuar comparações. Então, comparamos as mortes por causas externas e homicídios entre os municípios que compõem a Região Metropolitana de Porto Alegre (usando dados de 2002, já que o fenômeno mostra tendência ascendente na maioria dos locais estudados). O município de Alvorada apresenta os maiores coeficientes, tanto

de óbitos por causas externas quanto por homicídios (97 e 55/100 000 habitantes respectivamente). O segundo posto na mortalidade por causas externas (acidentes, homicídios, suicídios e outras mortes violentas) correspondeu a São Leopoldo (91/100 000). Quanto aos homicídios, São Leopoldo está em terceiro lugar (34/100 000), abaixo de Porto Alegre (35/100 000), embora a diferença entre os coeficientes seja mínima.

Dados preliminares do extenso banco de dados da Secretaria de Justiça e de Segurança do Estado, que estamos analisando, mostram que os principais tipos de delitos cometidos (e registrados) contra a população de São Leopoldo são os crimes contra o patrimônio, seguidos pelos crimes contra a pessoa. Chamou a atenção o grande número de roubos a pedestres, fazendo-nos pensar sobre a maior vulnerabilidade da população de baixa renda. Portanto, São Leopoldo é um município que apresenta elevados índices de violências, medidos por meio dos indicadores tradicionais utilizados pela saúde pública.

IHU On-Line - Comparativamente a Campinas, como percebe a violência e saúde em São Leopoldo?

Elida Hennington - Campinas vivenciou um crescimento da violência urbana de maneira rápida e significativa no final dos anos 1980 e início dos 1990, claramente observado por indicadores relacionados especialmente à morbimortalidade por causas externas e à segurança pública. Algumas hipóteses indicavam que o aumento da violência nessa cidade estaria diretamente relacionado ao tráfico de drogas e armas, ao roubo de cargas e também à ocorrência de um grande número de “invasões”, ocupações de terra, principalmente de áreas públicas. Em consequência disso, houve a consolidação de aglomerados urbanos na periferia da cidade com graves repercussões sociais, como precárias

condições sanitárias, de moradia e falta de saneamento básico e de equipamentos urbanos (escolas, unidades de saúde, áreas de lazer, rede de transporte), ou seja, a inexistência ou escassez de tudo aquilo que é necessário para que as pessoas possam usufruir de condições de vida razoáveis. Isso sem falar no desemprego que se mostra importante em praticamente todas as regiões metropolitanas do País. No caso de São Leopoldo, a princípio, eu diria que o principal problema parece estar relacionado à vocação produtiva da região – o Vale dos Sinos é uma localidade que ainda apresenta grande dependência direta e indireta do setor coureiro-calçadista tanto para a geração de riquezas, produção de bens e serviços, quanto na absorção de força de trabalho. Ocorre que este é um setor muito dependente do mercado externo e sempre que há flutuações no câmbio, queda do valor do dólar ou algum tipo de política econômica que influencie essa área, observa-se o fechamento de fábricas e rápidas implicações no mercado de trabalho, como o aumento do desemprego e o empobrecimento da população. Além disso, a meu ver, faltam ainda políticas direcionadas para o combate à violência nas áreas de saúde, educação e de ação social – ações a curto, médio e longo prazo – estratégias e medidas que possam ser implementadas imediatamente e outras que precisam de tempo para que possam causar impacto nos indicadores de violência. Precisamos oferecer elementos e interagir para ajudar o setor público a atuar de maneira efetiva.

Stela Meneghel - Não vou falar de Campinas, pois minha colega Elida Hennington possui pesquisa sobre esse município. Porém, em termos de Brasil, há aproximadamente 20 anos que trabalhadores de saúde coletiva têm apresentado o impacto que as violências representam para a população brasileira. Nos anos 1990, comparavam-se os 50 mil mortos no

Vietnam aos 50 mil mortos anuais nas estradas brasileiras. Cecília Minayo¹⁴ denunciou inúmeras vezes o genocídio dos jovens, negros e pobres que vêm acontecendo nas periferias das grandes cidades. A própria OMS tem mostrado que as vulnerabilidades se imbricam, aumentando a probabilidade de as populações pobres sofrerem uma gama muito maior de agravos e violências. Este fato não significa negar a existência de estratégias de enfrentamento às violências, nem estigmatizar ou rotular estas pessoas como a denominação que os designa como “classes perigosas”. O perfil das violências em muitas cidades brasileiras apresenta um quadro semelhante. Ednilza Souza, pesquisadora do Centro Latino-Americano de Violências e Saúde (Claves/Fiocruz), descreve este quadro em Duque de Caxias-RJ, mas ele poderia se referir à Alvorada, à Baixada Fluminense ou à São Leopoldo. Ela diz: “Duque de Caxias é hoje para o Brasil, o sintoma de uma sociedade estruturalmente violenta, injusta e desigual, que nega a seus cidadãos o direito à vida digna e à morte honrosa. Uma sociedade fragilizada em suas instituições civis e na participação do estado, porém tão forte e eficaz na organização do crime, na corrupção e na impunidade quanto severa na discriminação e na punição diferenciadas da justiça e da polícia”.

IHU On-Line - No caso de São Leopoldo, quais são as estratégias de intervenção que a pesquisa que vocês realizam oferecem?

Stela Meneghel - A proposta da investigação é a de realizar uma pesquisa intervenção ou pesquisa-ação.

¹⁴ **Maria Cecília Minayo:** Médica sanitária, com pesquisas em Antropologia e Saúde Pública. Dedicou-se ao estudo da violência no Brasil. Analisa a violência levando em consideração elementos como família, mídia, desigualdade social, globalização do crime, aspectos históricos da violência no país e papel da escola na formação da criança e do adolescente. (Nota da *IHU On-Line*)

Esse tipo de pesquisa, no âmbito da saúde, constitui uma tentativa para a resolução de problemas, em que participantes e pesquisadores estão envolvidos de modo cooperativo e participativo. Entre os objetivos da pesquisa participante, encontra-se a necessidade de intervenção social e atenção a demandas populacionais de grupos excluídos ou marginalizados. Ao reinventar modos de fazer pesquisa e intervenção, acreditamos que sempre há espaço para mudanças e transformações e que “nestas zonas de incompletudes, de indeterminação, de inconscientes, de fraturas, de carências, de reflexibilidades é onde pode operar-se a investigação” (Villasante, 1998:408). Portanto, com base em uma revisita aos pressupostos da investigação participativa e da educação popular em saúde, formulamos um projeto de pesquisa que busca, não apenas diagnosticar ou traçar perfis da magnitude das violências no município de São Leopoldo mas, sobretudo, explorar possibilidades de atuação na realidade, por meio de grupos representantes da população, de entidades populares e de instituições que operam com a violência. Desta maneira, o projeto constitui, de um lado, uma proposta de pesquisa-ação e, por outro, possibilita a confecção de um perfil das violências no município. Possui matizes quantitativos – a elaboração dos indicadores sobre violência e outro qualitativo – a organização de grupos-dispositivo para produzir conhecimento crítico sobre as vulnerabilidades locais e estratégias de resistência para enfrentá-las. Adotamos o conceito de Regina Benevides de Barros sobre grupos-dispositivo, percebidos como ferramentas para alavancar transformações entre os participantes. Além disso, queremos discutir e refletir as violências e as estratégias de enfrentamento a elas nos grupos de reflexão, de modo integrado ao dia-a-dia dos trabalhadores de saúde, tendo

por base problemas/necessidades destes trabalhadores e da população.

IHU On-Line - Gostaria de abordar algum aspecto que não perguntamos?

Elida Hennington - Creio que essa pesquisa não se esgota em pouco tempo – o desafio é grande, pois a violência e suas expressões são fenômenos que exigem grande investimento e compromisso em vários níveis e a longo prazo, uma verdadeira “concertação” dos vários atores envolvidos. Atuar de forma coletiva, interdisciplinar e intersetorial no combate às violências e promoção da paz é uma tarefa e uma aprendizagem que exigirá muito de todos nós. Se conseguirmos realizar um diagnóstico preliminar e mobilizar os vários setores para essa empreitada, contribuindo com o conhecimento acadêmico para a realização de ações efetivas, creio que estaremos no caminho certo e cumprindo com nossa função como pesquisadores do campo da Saúde Coletiva.

Stela Meneghel - Esclarecer que articulada à pesquisa *Diagnóstico e estratégias de enfrentamento das violências em São Leopoldo* (Hennington & Meneghel, 2005) produzimos um outro projeto que tem por objetivo reproduzir a Rota Crítica no município de São Leopoldo e que chamamos de *Violência intrafamiliar e de gênero: a trajetória de mulheres no enfrentamento do sofrimento* (Meneghel & Hennington, 2006). Para elaborar este projeto, nos inspiramos na investigação denominada *A Rota Crítica*, um estudo desenvolvido pela Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) em 10 países da América Central e do Sul para compreender o fenômeno da violência intrafamiliar - os mecanismos que levam as mulheres a romper com a situação de violência, o caminho e os empecilhos que obstaculizam este trajeto na busca de ajuda.

Esta pesquisa tem por objetivo principal estabelecer a trajetória de mulheres em situação de violência intrafamiliar e de

gênero no município de São Leopoldo, identificando os pontos críticos e propondo medidas de intervenção.

Ciclo de Estudos Concílio Vaticano II: marcos, trajetórias e perspectivas

O Concílio Vaticano II e a ação missionária da igreja

Discutir *O Concílio Vaticano II e a ação missionária da igreja*. Com esse objetivo o palestrante Paulo Suess conduziu, na última quinta-feira, 27 de outubro, mais um encontro do **Ciclo de Estudos Concílio Vaticano II: marcos, trajetórias e perspectivas**. A atividade teve espaço na Sala 1G119 do Instituto Humanitas Unisinos (IHU), das 19h30min às 22h.

Alemão radicado no Brasil há mais de trinta anos, Suess é um pensador sobre diálogo inter-religioso, com base nas experiências com os povos indígenas. Atua como assessor teológico do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) para a questão indígena no Brasil. É, ainda, professor visitante de universidades da Alemanha e de Pós-Graduação em Missiologia, na Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção, em São Paulo. Tem dezenas de livros publicados, incluindo de poesias.

Ecoss do Evento

“Essa palestra foi interessante porque foram dadas informações sobre o Concílio de relevância tanto para dentro, quanto para fora da Igreja. O evento em si, está sendo importante para entender os porquês do Concílio, antes, durante e depois do seu acontecimento. Fica a importância do espírito de renovação e mudança que ele propõe, desafiando-nos a repensar a Igreja e reler suas idéias. Por isso, acho que não há necessidade de um novo Concílio”.

Miriam Pozzebon, noviça de segundo ano das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã, Porto Alegre.

“Referente ao Ciclo, é ótimo ter a oportunidade de saber detalhes sobre a história da Igreja, sobretudo porque nós, jovens, precisamos saber que somos povo de Deus, e povo da Igreja, resgatando o comprometimento da juventude que está se preparando para a vida religiosa. Sobre a fala de Suess, de uma maneira muito calma e simples, ele nos deu pistas e orientações verdadeiras sobre a missão da Igreja, além de uma visão muito ampla de Deus. E ficou claro que isso tudo não era só teoria, e sim opiniões fundamentadas naquilo que ele viveu”.

Ericka Rodriguez Salvatierra, noviça das Irmãs de São José, Porto Alegre.

Ciclo de Estudos Idade Média e Cinema

Em nome da rosa

Debater o filme *O nome da rosa*. Com esse objetivo o Prof Dr José Alberto Baldissera conduziu a discussão que se seguiu à exibição da obra baseada no livro de nome idêntico, escrito por Umberto Eco. Numa entrevista instigante, o historiador abordou diversos aspectos do filme, cuja ambientação acontece numa abadia beneditina medieval. Um dos mais importantes trata da proibição aos monges em ler a *Poética* de Aristóteles, livro que disseminaria o riso e a ironia, o que poderia minar a supremacia da Igreja. Segundo Baldissera, “o riso mata o temor, como mais ou menos transmite o bibliotecário do filme, e sem o temor não pode haver fé”.

José Alberto Baldissera é professor no curso de História da Unisinos. Graduado em Filosofia e em Letras, é mestre e doutor em Educação pela PUCRS. O professor é autor da obra *O Livro Didático de História – uma visão crítica*. 4 ed. Porto Alegre: Evangraff, 1994 e co-autor do livro *História do Pensamento Humano*. São Leopoldo: Unisinos, 1995, entre outros. Ele foi entrevistado pela *IHU On-Line* de 29 de agosto de 2005, edição nº 153, a respeito da primeira palestra do evento **Idade Média e Cinema**, em 3 de setembro, que concedeu em parceria com o Prof Dr José Rivair de Macedo, da UFRGS. Conheça o ponto de vista de dois participantes desse Ciclo de Estudos.

Ecoss do Evento

“O professor Baldissera demonstrou amplo conhecimento sobre a Idade Média e confirmou que, quanto mais estudamos um assunto, mais gostamos dele. Quanto ao filme em si, O nome da rosa, creio que ele retrata bem uma parte da Idade Média. Também fiquei impressionado com as questões relativas à Igreja Católica, que na época queria esconder muitas coisas das pessoas. Como um todo, esse Ciclo está sendo muito importante para aprofundarmos nossos conhecimentos”.

Alceu Antonio Engeroff, aluno da Graduação em História na Unisinos, 2º semestre

“Gostei bastante desse filme e penso que ele retrata com clareza vários pontos sobre a Idade Média, sobretudo a parte que diz respeito à Igreja. É a segunda vez que vejo o filme, e é interessante como se podem fazer diferentes leituras. Da primeira vez que assisti, foi como uma espectadora comum. Agora, assisti como uma historiadora. Por isso foi muito produtivo”.

Manoela Souza Oliveira, aluna da Graduação em História na Unisinos, 2º semestre

O Incrível Exército de Brancaleone

Informações sobre o filme

O Incrível Exército de Brancaleone (*Armata Brancaleone, L', 1966*)

Direção: Mario Monicelli

Origem: Espanha/França/Itália

Gênero: Aventura/Comédia

Duração: 120 minutos

Sinopse

Brancaleone de Norcia, cavaleiro errante, contratado como líder de um pequeno e diversificado grupo que roubou um pergaminho que lhes dava a posse do reino de Aurocastro. Entretanto, a viagem até esse suposto reino dos sonhos é muito mais tortuosa que planejada.

Uma sátira à realidade italiana dos anos 1960

Entrevista com Ricardo Fitz

Na contramão das tendências cinematográficas da época, Mario Monicelli dirige, em 1966, *O Incrível Exército de Brancaleone*, sátira que usa a Idade Média como elemento crítico à sociedade italiana de sua época e também àquela governada por Benito Mussolini, o Duce. Recheado de metáforas ao momento político e social da Itália, contra os autoritarismos fascistas, o filme é um marco da comédia dentro e fora de seu país de origem, afirma o historiador Ricardo Fitz. Ele é o responsável pelo debate que acontece em seguida à exibição de *Brancaleone* na penúltima atividade do **Ciclo de Estudos Idade Média e Cinema**, promovido pelo Instituto Humanitas Unisinos – IHU. A atividade inicia às 8h30min e vai até as 12h30min, na sala 1G119 do IHU.

Na entrevista que Fitz concedeu por telefone à *IHU On-Line*, ficou clara a intenção de Monicelli em produzir um filme que aproximasse seu personagem central, o nobre decadente Brancaleone, ao anti-herói de Cervantes, Dom Quixote de La Mancha. O resultado é uma sátira que desconstrói estereótipos e cujo grito dos seguidores de Brancaleone, um pequeno exército de maltrapilhos e párias, é usado até mesmo por jovens anarquistas nas barricadas do maio de 1968, na França: “Branca, Branca, Branca, Leon, Leon, Leon”. Segundo Fitz, a idéia de Monicelli é “ironizar as lideranças que tentam encontrar soluções para suas próprias causas e que tem sempre suas tentativas, via de regra, frustradas”. Assim, o filme é, ainda, um retrato da desilusão do diretor para com seus ideais esquerdistas.

Ricardo Fitz é graduado e mestre em História, o primeiro curso realizado nas Faculdades Porto Alegrenses de Ciências e Letras (FAPA), e o segundo na Unisinos. Atualmente, leciona na FAPA.

IHU On-Line - Quais são os elementos mais satirizados sobre a Idade Média e o que eles querem demonstrar realmente?

Ricardo Fitz - Quando Mario Monicelli¹⁵ fez o filme *Brancaleone*, cria-o intencionalmente satírico. Normalmente os filmes ditos históricos ou coisa parecida têm uma espécie de leitura subliminar. No caso do Monicelli, todo esse lado subliminar foi explicitamente explicitado. A sátira que Monicelli faz não é, exatamente, uma sátira à Idade Média, ele deixou isso claro. Ele procurava fazer uma sátira à realidade contemporânea, mais especificamente do fascismo italiano, por incrível que isso possa parecer. Ele faz uma sátira da idéia do *Condotiere, do Duce*¹⁶, que aparece na figura do próprio Brancaleone. Não é uma sátira sobre a Idade Média, mas que se utiliza de elementos desse período para fazer a sátira da sua realidade. Nesse sentido, ele vai se utilizar de um arsenal muito grande de elementos da Baixa Idade Média, que vai do século XI ao século XIV, em que ele mistura, num mesmo plano, coisas que, às vezes, são um tanto quanto anacrônicas, que se situam em momentos diferentes. Mas ele lida com a crise feudal, com a própria questão da terra, da pobreza, da miséria. De alguma forma, coloca no filme as Cruzadas, faz uma sátira da cavalaria, nitidamente inspirada em Dom Quixote¹⁷, uma sátira ao amor cortês e,

¹⁵ Mário Monicelli (1915): Cineasta italiano, consagrado como o rei da comédia. Dirigiu filmes como: *Um outro mundo é possível* (2001) e *Cartas da Palestina* (2002). (Nota da *IHU On-Line*).

¹⁶ Aqui o entrevistado refere-se ao diminutivo de *Condotiere*, do italiano, aquele que conduz. Trata-se, neste caso, de Benito Mussolini (1883-1945), conhecido como Duce, político e jornalista que governou a Itália com poderes ditatoriais de 1922 a 1943. (Nota da *IHU On-Line*)

¹⁷ **Don Quixote de La Mancha**: Personagem criado por Miguel de Cervantes no livro de mesmo nome. No Brasil, o título do livro é grafado como *Dom Quixote de La Mancha*. O título original completo era *El ingenioso hidalgo Don Quixote de*

dentro disso, os próprios ideais de castidade. A peste é enfocada, a questão comercial e a questão judaica, na figura do mercador. Há uma série de itens que serão utilizadas e que, pelas imagens quase iconográficas, estereotipadas da Idade Média, fazem uma sátira da sua própria realidade.

IHU On-Line - O senhor poderia dar mais detalhes sobre a tentativa de Monicelli em aproximar o cavaleiro Brancaleone e Dom Quixote, anti-herói de Cervantes?

Ricardo Fitz - Cervantes¹⁸, na imagem de Dom Quixote, cria um anti-herói, que evidentemente é uma sátira à realidade da Idade Média que, naquele momento em que Cervantes escreve, está praticamente desabado, ou restam apenas alguns resquícios. A idéia do Monicelli parece muito mais a de pegar, digamos assim, a essência da idéia do Dom Quixote. Monicelli deu uma entrevista para o professor João Alberto Brito Garboggini¹⁹, que fez sua dissertação de mestrado sobre Brancaleone. E no depoimento que Monicelli dá a Garboggini, ele diz que, na verdade, seus filmes (aí ele está se referindo à produção *Os companheiros de 63* e ao próprio *Brancaleone*)

La Mancha, com sua primeira edição publicada em Madri, no ano de 1605. O livro é um dos primeiros das línguas européias modernas e é considerado por muitos o expoente máximo da literatura espanhola. (Nota da *IHU On-Line*)

¹⁸ **Miguel de Cervantes e Saavedra** (1547-1616): escritor espanhol, autor de *Don Quixote de La Mancha*. (Nota da *IHU On-Line*)

¹⁹ **João André Brito Garboggini**: professor de estética e publicidade, além de disciplinas audiovisuais, na PUC-Campinas. Em sua dissertação de mestrado, cursado Unicamp, intitulada *Uma viagem brancaleônica pela Idade Média*, sua proposta foi realizar uma análise da estrutura da narrativa fílmica, com base no longa-metragem *O Incrível Exército de Brancaleone*, de Mario Monicelli. Em seu estudo, Garboggini se debruçou sobre a natureza da comédia italiana durante a década de 1960 e as características da reconstrução histórica que o filme realiza. (Nota da *IHU On-Line*)

refletem sua desilusão com a esquerda, ou seja, Monicelli resolve criar um personagem que persegue determinados ideais, mas nunca consegue encontrá-los. Nenhum outro personagem da Literatura se encaixaria melhor nesse cenário do que o próprio Dom Quixote, daí essa aproximação, que tem outras características bastante peculiares. Dom Quixote é um sujeito da pequena nobreza arruinada e, de certa forma, Brancaleone é a mesma coisa. Dom Quixote é acompanhado por Sancho Pança, um lavrador que vive no interior da Espanha, e Brancaleone será seguido por um grupo de indivíduos absolutamente proletarizados nessa sociedade, que não tem nada a ganhar e nada a perder. Essa idéia é muito semelhante ao Dom Quixote. Sancho Pança, por exemplo, só acompanha Dom Quixote, mesmo sabendo que ele é meio louco, porque Dom Quixote havia lhe prometido que seria governador de uma ilha. Os indivíduos que participam da *Armatta Brancaleone* vão numa esperança semelhante, a de conquistar o feudo de Aurocastro e assim conseguir algum tipo de ascensão social naquele período. Então, há uma série de elementos com os quais podemos fazer essa analogia: a busca de ideais jamais alcançados, esse caráter de substituir o Sancho Pança por um pequeno grupo de pessoas, a comicidade da narrativa e a figura patética de Brancaleone.

IHU On-Line - O exército é alvo de sátira no filme. Qual é a importância dessa instituição naquela época?

Ricardo Fitz - Essa questão é muito importante. Temos que lembrar que, na Idade Média, até a Guerra dos Cem Anos²⁰, os exércitos eram,

²⁰ Guerra dos Cem Anos: série de conflitos armados, registrados de forma intermitente, durante os séculos XIV e XV, envolvendo a França e a Inglaterra. A longa duração desse conflito explica-se pelo grande poderio dos ingleses de um lado e a obstinada resistência francesa do outro. Historiograficamente, é recortado de 1337

fundamentalmente, exércitos da nobreza. Não há a instituição de exércitos nacionais. Isso fica evidente no Dom Quixote. Quando Monicelli ridiculariza o próprio exército na imagem daquele grupo de pessoas, ele, na verdade, está fazendo uma crítica a toda e qualquer forma de elemento político mais centralizador. Não é apenas o exército como um todo, mas as próprias estruturas de poder. E mais do que isso: ele coloca isso visto, de certa forma, de baixo para cima. É interessante porque o filme todo se situa num substrato inferior. Por exemplo, como a Igreja vai aparecer? A Igreja não aparece representada no alto clero, e sim na figura daquele monge com seus seguidores fanáticos. Ele lida com a religiosidade medieval, popular. A nobreza e as instituições de poder, propriamente ditas, quando aparecem, são retratadas numa relação de hostilidade com o grupo, com o próprio Brancaleone. Por exemplo, o nobre que teve aquele documento roubado quando reaparece, o faz de forma hostil, intimidatória, pelo menos. Outro aspecto interessante: o companheiro de Brancaleone, filho de um nobre bizantino, quando se apresenta, nós temos a representação da corte bizantina, o que é uma das imagens mais deliciosas do filme. Aquele pessoal parado, imóvel, como um mosaico bizantino, imóvel e autoritário e ainda decadente. Há um traço da decadência que está sendo refletido.

IHU On-Line - Como o filme retrata as minorias na Idade Média?

Ricardo Fitz - Acredito que, na verdade, não há uma representação específica das minorias na Idade Média. Acho que

a 1453. As suas causas remotas prendem-se ao fato de que, desde Guilherme, o Conquistador, os monarcas ingleses controlavam extensos domínios senhoriais em território francês, ameaçando o processo de centralização monárquica da França que se esboçava desde o século XII. (Nota da *IHU On-Line*)

estão representadas as minorias da própria época de Monicelli. O filme foi feito de 1965, e acho que, de certa forma, ele já está colocando as ansiedades daquela época. Estou lembrando, por exemplo, do líder dos piratas sarracenos, apresentado de forma caricatural, estereotipada de um homossexual, o que é uma coisa completamente fora do contexto do medieval. O comportamento dele, afetado, nos lembra muito mais os costureiros, estilistas italianos da década de 1960, do que propriamente algum personagem medieval, muito menos um muçulmano, até porque a homossexualidade no mundo islâmico é punida severamente. Então, mesmo que ela venha a aparecer, dificilmente haveria um homem nessa condição de liderança e, sobretudo, num grupo de piratas. Aquilo é de uma profunda ironia e tem vários significados. Com relação às mulheres, tenho a impressão que Monicelli soube captar um momento que é aquele primeiro período da emancipação feminina dos anos 1960, em que a mulher está buscando seu espaço. É a época em que a pílula está vindo à tona e a mulher começa a romper certos conceitos, ela toma a iniciativa da sexualidade, e isso vai aparecer nos dois momentos em que Brancaleone se envolve – a iniciativa é feminina, o que reflete muito menos a Idade Média do que a própria realidade do diretor.

IHU On-Line - Qual foi a recepção de Brancaleone na Itália?

Ricardo Fitz - Ela teve uma aceitação imediata, tanto dentro quanto fora da Itália. Há um dado bastante curioso: em maio de 1968, nas barricadas de Paris, alguns grupos de estudantes de tendência anarquista, passaram a utilizar como grito de guerra “Branca, Branca, Branca, Leon, Leon, Leon²¹”, que servia para satirizar desde o Partido

²¹ Grito de guerra que o Exército de Brancaleone bradava ao longo de suas incursões. (Nota da *IHU On-Line*)

Comunista Francês até as instituições. O filme será uma referência por vários aspectos. A comédia italiana que vinha sendo trabalhada até então, via de regra, na Itália, era vista pela crítica em geral e até mesmo por setores da intelectualidade, como uma coisa mais secundária por seu caráter pastelão. Monicelli se propõe a fazer uma comédia diferente, que não seja evasiva, mas onde o drama esteja presente e a comédia vá representar exatamente a amenização do próprio drama. Quando ele pega, logo no início do filme as pessoas lutando, na verdade ele pega uma situação muito tensa e vai minimizá-la pela comicidade do fato. Da mesma forma, a pobreza será minimizada dessa maneira. A figura do herói será completamente descaracterizada. Quando assistimos a um filme, percebemos que há representações ideológicas e estereótipos. Nesse caso, os modelos heróicos serão completamente invertidos: o herói é transformado num anti-herói completo, desde sua figura descabelada, desorganizada, desestruturada, coisa que Cervantes havia feito com Quixote, que coloca na cabeça uma bacia de barbeiro à guisa de elmo. De certa forma, isso se reproduz no Brancaleone. Esse anti-herói não é um estereótipo de nada, ele é simplesmente a negação da imagem que tradicionalmente se fazia. Isso é o que eu acho genial em Cervantes e Monicelli. O diretor afirma que seu objetivo era satirizar a figura do *Duce* e, mais do que isso, os filmes italianos da época do fascismo, que lidavam, fundamentalmente, com a figura do herói. Sua idéia é ironizar as lideranças que tentam encontrar soluções para suas próprias causas e que tem sempre suas tentativas, via de regra, frustradas.

IHU On-Line - Quais teriam sido as influências que Monicelli despertou para as gerações futuras com esse tipo de fazer cinema?

Ricardo Fitz - Essa é outra questão bem interessante. Tenho a impressão de que a comédia nunca mais foi a mesma. Não sei se chegaria a ser um divisor de águas, mas efetivamente Brancaleone marcou um momento. Grande parte das comédias posteriores, de uma maneira ou de outra, vão encontrar um espelho nesse filme. É o caso do *western spaghetti*, ou seja, os filmes de bang-bang, com estereótipos levados a determinado limite terão uma proximidade com Brancaleone, porque o *western* clássico norte-americano vai criar a figura do herói. Os *western spaghetti* usam essa mesma questão sobre mocinho-bandido, só que o mocinho não é perfeito. Na maior parte dos casos, ele se safa mais pela sorte ou por circunstâncias externas à sua bravura, do que por ele mesmo.

IHU On-Line - Você poderia dar mais detalhes sobre as metáforas políticas que existem por trás da trama?

Ricardo Fitz - Em primeiro lugar, há uma cena explícita, logo depois que Brancaleone é derrotado naquele torneio e resolve ir atrás do castelo de Aurocastro, convocando um grupo para formar seu exército particular. Nessa oportunidade, ele se autointitula o Duce e diz que os outros deverão obedecer a ele. Aí temos um momento explícito dessa ironia que Monicelli faz. O grupo aceita o título que Brancaleone se dá porque, afinal de contas, mesmo como um nobre falido, decadente, ele teria uma condição de nascimento que lhe outorgava isso. No caso do fascismo, propriamente, não há uma condição de nascimento, mas ela atribuída às virtudes do Duce a sua própria condição pessoal, o que é característico dos fascismos, quando se projeta no personagem, no sujeito, a virtude de toda uma nação ou povo. Os seguidores do Brancaleone, num primeiro momento, ficam indecisos, mas resolvem ceder, ou seja, eles se dão conta de que, sozinhos, não poderiam

conquistar, apesar de serem eles os detentores do documento. Eles precisariam de alguém que os conduzisse, e esse alguém é a própria lógica do fascismo. Evidentemente, esse mesmo Duce será, freqüentemente, contraditado. E por quem? Por um outro sujeito, que também diz ser nobre, e que depois demonstra ser um filho bastardo. O revelador é o caráter de classe que cada um dos personagens assume dentro da trama do Monicelli.

IHU On-Line - Gostaria de acrescentar algum aspecto que não abordamos?

Ricardo Fitz - Acho que uma das coisas mais interessantes desse filme é aquilo que o teórico da História e Cinema, Marco Ferro, dizia: existe uma leitura histórica do filme e existe uma leitura cinematográfica da história. Quando vamos examinar um filme, temos que ver do ponto de vista da leitura histórica, a época em que o filme é produzido. A leitura cinematográfica do filme vai fazer mais um discurso sobre o passado. Essas duas coisas andam juntas, porque a leitura que vou fazer do passado é, em grande parte, condicionada a uma leitura que tenho do próprio presente. Ela pode me servir para justificar o presente, para fazer a crítica dele. Nesse caso, acho que é interessante verificar que a leitura histórica que se pode fazer do filme nos mostra alguns pontos especiais. Há modelos de representações ideológicas, como eu disse antes. Existe um filme clássico de ficção científica dos anos 1950 chamado *Os Invasores de Corpos*, em que alienígenas invadem corpos humanos. À primeira vista, é um filme que não tem grande significado, só que ele é produzido na era do macarthismo, onde a tônica política dos EUA era o perigo da infiltração comunista, capaz de provocar desagregação dos lares americanos. No fundo, o filme é uma maneira de expor simbolicamente aquela preocupação. Há ainda os filmes que lidam com os modelos patrióticos,

como *O resgate do soldado Ryan*. Existe um terceiro elemento na filmografia que são os estereótipos, basta lembrar como se retratava a África até os anos 1960, com Tarzan, perigos, safáris etc. O que Brancalone faz? Na minha

opinião, ele procura demolir com tudo isso. Monicelli cria outros estereótipos, é verdade, mas procura exatamente demolir com esses modelos de representação intencionalmente.

IHU Repórter

Adelar José Forneck



“Aqui dentro parece que estamos em outro mundo, há segurança, todos são educados e dá vontade de vir tomar chimarrão aos domingos perto do lago e dos patos”. Está é a percepção sobre a Universidade de alguém que trabalha há oito anos aqui. Vindo de uma família que tradicionalmente dedica-se a tabacarias, Adelar

José Forneck, gerente da Tabacaria Central, situada no corredor central da Unisinos, fala-nos sobre as peculiaridades de ter seu estabelecimento no *campus*. Também conta um pouco sobre seus valores, e o desejo de conseguir educar seu filho, Lucas, de acordo com as suas convicções e de sua esposa.

Origens – Nasci em São Leopoldo. Meus irmãos mais velhos nasceram em Montenegro, em São Pedro, Salvador do Sul e Bom Princípio. Tenho oito irmãos, quatro mulheres e quatro homens.

Família – Tenho 43 anos e estou casado há 18 com a Rosane Forneck. Temos um filho, o Lucas, de 8 anos. Não seguimos a tradição de família grande, não há mais tempo. Mal conseguimos nos dedicar a um, não poderíamos dar a atenção necessária a mais um. Meu filho chega aqui e tem acesso ao que quiser para ler, tentamos incentivar esse hábito. Claro, ele procura leituras com as quais tem mais afinidade. Pega uma revista de esportes ou uns gibis, normalmente. Mas acho importante que ele tenha prazer no que lê, e ao longo do tempo, as preferências vão mudando. Quando há tempo procuramos ler historinhas para ele dormir.

Trabalho – Meu pai, Emílio Cláudio, começou com tabacaria em 1971 e trabalhou no ramo, junto com minha mãe, Maria Laurina, até 1977. Era uma sala pequena, na Rua Independência. Meu irmão assumiu há 28 anos e hoje possui uma loja em frente ao antigo endereço. Trabalhei com ele até 8 anos atrás, antes de vir para o *campus*. A família está no negócio até hoje e pretende continuar. Lembro-me de que, quando era pequeno, ia para a loja comer as balas e os doces.

Tinha a idade do meu menino que hoje já anda por aqui. Aprendemos com o público. Nunca vamos chegar à perfeição que gostaríamos, erros a gente sempre comete, mas estamos sempre lutando para melhorar. Procuramos nos reciclar, mas é difícil chegar a um atendimento excepcional. No comércio, dependemos do cliente, mas não há uma regra. A fórmula que a gente usa vem de pai para filho.

Infância – Hoje as crianças ficam presas em apartamentos ou atrás de grades. Sinto falta da liberdade que eu tinha e que não posso dar para o meu filho. Na minha infância, não tinha portão, não tinha grade. Andávamos quilômetros, se quiséssemos, tarde da noite e não havia problema. Voltávamos para casa e nos reuníamos aos domingos, brincávamos. Hoje meu filho não vai sozinho à casa do priminho que fica a duas quadras e meia da nossa. Além do perigo da criminalidade, o trânsito é intenso, mudou muito. Quando conto para o Lucas, ele não acredita que havia essa liberdade. Não que eu seja uma pessoa pessimista, mas a tendência é que fique cada vez pior, não vejo solução em curto prazo.

Bons momentos – Desde que estou aqui na Universidade, vi muitas pessoas entrarem e se formarem. O pessoal chega e diz: “Estou indo, parabéns, sucesso...” Isso é muito bom. O público daqui é muito diferente, todos, professores, funcionários e alunos. Parece um outro mundo em termos de tranquilidade e educação. Se há movimento, as pessoas fazem fila e esperam, não querem tirar vantagem, são conscientes. Na rua é aquela agitação, estresse total, movimento... O pessoal está sempre com pressa. Saímos daqui e encontramos outro mundo.

Sonho – Ter uma vida digna e dar uma educação embasada nesses valores para o meu filho. Trabalho para ter uma aposentadoria mais tranquila, sem grandes ambições. Tentamos passar para o Lucas o que aprendemos e o que estamos aprendendo. Conversamos bastante, mas ele ainda é novinho, não assimila tudo. Existem as influências externas. Tem a escola, os amiguinhos, e cada criança tem um tipo de educação, diferente do que acontecia antigamente. Procuramos observar os que o cercam, ficamos meio receosos, mas ele tem que viver nessa sociedade, e nós, que estamos de fora, temos a missão de orientar. É fundamental que seja uma pessoa educada e correta, caráter não depende de época.

Filme – *O Auto da Compadecida*, de Guel Arraes e Mauro Mendonça Filho.

Autores – Lair Ribeiro e Paulo Coelho.

Livro – *O Escaravelho do Diabo*, de Lúcia Machado de Almeida.

Horas livres – Jogo futebol e procuro passar com a família. Às vezes, jogamos bola, meu filho, minha esposa e eu.

Momento marcante – O nascimento do Lucas, meu casamento e o falecimento de minha mãe.

Unisinos – Estou no *campus* desde 1988, de três ou quatro anos para cá, as coisas vieram mudando. Estamos entrando na era das terceirizações, não só aqui, mas em todo o País. Isso mais cedo ou mais tarde aconteceria. Agora vemos como uma coisa horrível, mas, como tudo na vida, as transformações ocorrem, e temos que nos adaptar a elas. A situação do País chegou a um ponto que é preciso cortar custos e se adaptar. Existem muitas pessoas dispostas a realizar mudanças, mas o

poder está na mão de meia dúzia, é complicado. Aqui no *campus* temos segurança. No comércio de rua, nunca sabemos quem está chegando e quais as reais intenções dessa pessoa. Aqui, passamos a chave na porta, caminhamos pelo *campus* e não há problema. A segurança é fundamental. Não se consegue ver onde a instituição vai chegar, mas as mudanças precisam ser feitas, não adianta. Já no próximo ano, vamos para o centro administrativo, estamos otimistas e com a expectativa de melhora. Sobre o ensino, não é preciso falar de qualidade, todos já sabem.

Instituto Humanitas Unisinos – Acho importante o trabalho social que o Instituto desenvolve.

Sala de Leitura



“Estou lendo a *A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento*, de Guita Grin DEBERT (São Paulo: EDUSP, 1999.) Mesmo escrito em 1999, este livro merece constantes consultas pelo seu conteúdo precioso. A professora Guita é paulista e oriunda das Ciências Sociais, com passagem na Ciência Política para especializar-se em Antropologia em nível de pós-doutorado e livre-docência. Suas últimas produções versam sobre direitos humanos e velhice. O livro que estou relendo trata de uma produção baseada em

inúmeras pesquisas realizadas pela autora na UNICAMP. As temáticas abordadas vão desde a doença, a morte e a religião até o discurso gerontológico e a necessidade de revisão deste último, pelos estereótipos nele presentes. Nesta caminhada, a pesquisadora Guita também revela o simplismo que se observa em algumas práticas profissionais. Analisa a atuação de homens e mulheres em programas para a terceira idade e associações de aposentados. Encerra seu trabalho discutindo o papel do antropólogo numa sociedade globalizada e fragmentada ao mesmo tempo”.

Prof.^a Dr.^a Sonia Mercedes Lenhard Bredemeier, doutora em Serviço Social, professora a na área de Ciências Humanas da Unisinos.



“Acabei de ler um livro que, há muito, estava naquela lista particular de leituras a serem feitas. Trata-se de *Dom Quixote de la Mancha*, de Miguel Cervantes (Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1980). Nem tanto pelo aniversário de 400 anos de seu aparecimento na Espanha, que se comemora neste ano de 2005, mas pelo prazer da leitura do romance em si, inclusive podendo ser utilizado como ilustração na discussão sobre os ‘socialistas utópicos’, desenvolvida em disciplina do curso de Economia. O outro, que estou apenas nas páginas

iniciais, é *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, de Lima Barreto (18. ed. São Paulo: Ática, 1998.). Como se vê são livros clássicos de literatura e que, por isso mesmo, guardam enorme atualidade. No primeiro, um fidalgo de tanto ler obras sobre cavalaria andante se imbuí desse espírito e assume a identidade de Dom Quixote de la Mancha, que com um camponês que lhe serve como escudeiro – Sancho Pança – e Rocinante, um cavalo esquelético, ganha o mundo em busca de aventuras, tendo ainda a animá-lo a lembrança de sua amada: Dulcinéia del Toboso. No propósito inconsciente de transformar sonhos em realidade o móvel de suas ações é o combate às injustiças e defesa aos desvalidos. Considerado como doido varrido pelo próprio escudeiro, o Cavaleiro da Triste Figura, como também Dom Quixote é conhecido, enfrenta moinhos de vento, pensando estar combatendo monstros e dragões. À medida que a trama do romance se desenvolve os

seus sonhos vão impregnando outros personagens até que, ao final Dom Quixote, tendo perdido uma aposta em que deveria abandonar temporariamente sua atividade de cavaleiro andante, volta à sua cidade natal e recupera a sua 'sanidade', prenúncio de sua morte, para tristeza de Sancho Pança e de seus amigos. No que se refere a Policarpo Quaresma, é uma figura que serve de contraponto à busca acrítica por cosmopolitismo pela inserção indiscriminada no chamado mundo globalizado. Policarpo Quaresma é um nacionalista que procura chamar a atenção para a importância daqueles elementos e valores peculiares ao país. Na parte que me encontro da leitura, o personagem foi internado como louco. Esses visionários são possuidores de profundo sentimento de justiça e solidariedade para com os seus semelhantes. Contudo, muitas vezes, acabam tendo um fim trágico ou melancólico, seja na realidade, seja na ficção. Mas como disse Anatole France, não fosse por esses tipos, os homens estariam ainda nas cavernas”.

Prof. Dr. Achyles Barcelos da Costa, economista e doutor em Economia, professor na área de Ciências Econômicas da Unisinos.

Carta do leitor

Traduzimos e reproduzimos a mensagem a seguir, que nos foi enviada pelo professor José Ivo Follmann. Ela foi escrita pelo físico Basarab Nicolescu, renomado pesquisador do tema da transdisciplinaridade. A mensagem se refere ao falecimento da esposa de Nicolescu, Michelle Nicolescu (1946-2005), ocorrido no último dia 28.

“Minha esposa, Michelle, deixou este mundo na sexta-feira, dia 28 de outubro de 2005, após longo sofrimento. Membro do CIRET desde sua fundação, Michelle serviu com abnegação os ideais transdisciplinares. O site do CIRET é sua criação e, ousado dizer, sua obra. Até os últimos instantes ela ainda trabalhava para manter este site que é, como sabem, a ponta de lança do movimento transdisciplinar internacional. Discreta e modesta, Michelle se colocava sempre à sombra dos outros. Michelle nada esperava em troca de seu trabalho incansável. Ela queria, simplesmente, servir seus lugares sagrados - a Cidade das Ciências e da Indústria de Paris, o CIRET e sua família. O trabalho e a espiritualidade eram os seus valores supremos. Michelle nos deixou para sempre a lembrança de um ser de luz”.